



# PORTUGAL

# DEMOCRÁTICO

ANO XIX — N.º 187 — SÃO PAULO JUN./JULH. DE 1974 — RED. R. LIBERO BADARÓ, 488 - 5.º ANDAR S/ 50 — C. POSTAL 6248 - PREÇO Cr\$ 2,00

## PARA NÃO ESQUECER: OS NOMES DE 151 PIDES

«Portugal Democrático» divulga, a seguir, em primeira mão no Brasil, os nomes de 151 funcionários efectivos da sinistra PIDE-DGS que vão ser julgados por abuso do poder e crimes contra a dignidade da pessoa humana (espan-

camentos, torturas, etc). Essa escória está presa em Caxias, onde é tratada com humanidade.

Cada nome é seguido da data do nascimento e da naturalidade.  
Joaquim Rosário da Silva, 27-3-31,

Santos, Tremez, Santarém; Eduardo Sousa Miguel da Silva, 5-7-27, S. José, P. Delgada; Francisco Miguel Pires, 15-3-31, Nisa, Tolosa, Portalegre; Maria Vitória Jesus Coelho, 23-3-23, S. Isabel, Lisboa; Maria Deolinda Ferreira Alves Correia; Alfredo Fernando Rodal Robalo, 7-10-30, Linda-a-Velha, Carnaxide, Oeiras; Adriano Correia de Figueiredo, 29-4-32, Viseu; António Augusto Teles Freire, 14-4-21, Almeida; Jorge Garcia, 2-11-33, Rolica; Fernando Gaspar, 29-1-32; Leiria; Manuel Nunes Gomes, 15-2-27, C. Branco; António Marcelino Gonçalves, 23-9-19, Guarda; Manuel Lavado, 7-2-32, Monforte da Beira; Silvestre Delgado Luis; 27-1-30, Alcobaça; Aníbal de Magalhães, 24-12-36, Crato; Augusto Furtado Marques, 6-4-30, Ancião; Manuel Aníbal Rodrigues Marques, 4-9-31, Terras do Douro; Francisco Martins, 30-3-31, Peniche; António Cândido de Melo, 16-6-28, Cabanelas; Arlindo Fernando Ferreira Miranda, 18-6-15, Torres Novas; Alberto Ribeiro Botelho Monteiro, 12-9-32, Cinfães; Malaquias Alberto de Oliveira Monteiro, 6-3-27, Vila Real; António Manuel Morais, 5-8-17, Bragança; Mário Valério Simões Morais, 2-11-32, Barreiro; Francisco Casimiro Mouro, 23-6-26, Mogadouro; Miguel Henriques Nunes, 15-5-31, Caldas da Rainha; Joaquim Maria de Oliveira, 26-10-24, Oliveira Frades; Osvaldo da Silva Oliveira, 26-10-29, Fragosa-Viseu; Fernando Palma, 30-6-31, Alcoutim; Henrique Garcia Queiroz, 29-2-20, Guarda; David José Rendeiro, 3-8-20; Estarreja; Manuel Duarte Ro-

balo, 30-6-34, Escalos de Baixos; Helder de Sousa dos Santos, 3-5-35, Lisboa; Jorge Capelo Saraiva, 1-9-25, Guarda; Fernando Augusto Saraiva Sequeira, 6-9-24, Meda; José de Matos da Silva, 18-5-27, Tondela; Manuel Coelho da Silva, 7-7-30, Penafiel; Fernando Pinheiro Tavares, 14-3-25, Lisboa; Alberto de Lima Trindade, 28-10-27, Rio de Janeiro; Armando Jorge da Silva Reis Vieira, 1-2-35, Lisboa, Marcolino Gonçalves Vieira, 13-8-32, V. N. de Ourém, Maria Madalena das Dores de Oliveira, 1-4-34, Setubal; Alvaro dos Santos Dias de Melo, 29-8-22, Rio de Janeiro; Manuel Rodrigues Martins, 15-3-21, Arco Valvez; Agostinho Geraldo Cicero Tienza, 10-11-20, Elvas; António Teixeira da Silva, 10-11-20, Felgueiras; José Pinto Galante, 7-11-28, Sardoal; Mário Anatólio Correia, 17-6-24, Funchal; António da Costa Oliveira Silva, 25-2-24, Santa Comba Dão; Hélio Freire de Andrade, 18-12-24, Castro Daire; Bernardino da Cunha Azevedo, 23-2-23, Vila Nova Famalicão; Inácio Ribeiro Ferreira, 3-9-19, Lisboa; José Orlando Teixeira de Lucena, 16-2-19, Manaus; Jaime Nunes Paulino, 26-11-19, Portimão Sérgio Avelino Pereira, 18-10-30, Funchal; António Baptista da Silva, 10-5-14, Alcoutim; António Lemos da Silva, 20-6-18, Lisboa; Mário Félix Parra da Silva, 1-8-25, V. R. S. António; José de Sousa, 14-5-20, V. Nova Ourém; Carlos Alberto António Varatojo, 13-10-26, Lisboa; José Luis Inácio Afonso, 31-10-30, Sabugal; José Joaquim Dionísio Alberto, 4-4-39, Castro Marim; António Marques de Al-

meida, 26-5-31, Maia; Manuel António Correia Alves, 2-12-33, Silves; Benedito Pereira André, 3-4-32, Monte Real; Joaquim Romão Baleizão, 15-4-14, Beja; Fernando Augusto Teixeira Barbosa, 5-8-22, Amarante; Alfredo de Oliveira Pereira Bastos, 28-4-25, Amarante; Manuel Ribeiro Lopes Berlings, 9-1-16, Castro Marim; Raul Rodrigues Bernardino, 8-12-39, Molinhos da Pena. Ansião; António José Castanheira, 25-8-35, Agueda; José Maria Moreira da Costa, 24-9-28, Valongo; José Mendes Castelhão, 16-11-32, Alvalázere; José Eustáquio de Santos, 30-4-30, Funchal; Gentil Garcia Coelho, 21-7-22, Redondo; Vasco Gomes Correia, 14-5-16, V.V. Ródão; Armindo da Costa, 27-9-17, Lisboa; Joaquim Santos Costa, 4-10-33, Torres Novas; Manuel de Aguiar Delgado, 29-9-22, Amareleja; Narciso da Conceição Diogo, 9-3-35, Sardoal; José Coelho Moreira Fernandes, 5-12-26, Penafiel; Alvaro Rodrigues Ferraz, 21-5-27; Joaquim Ferreira, 28-11-31, Tomar; João Lourenço, 8-9-12, Fundão; Gualter Benigno Pinheiro, 1-3-35, Vila Nova; Sebastião de Faria Queirós, 4-12-21, Viana do Castelo; Berta Maria Silva Pais, 30-6-45, Barreiro; Joaquim Augusto Ribeiro, 27-2-20, Porto; Valdemiro Tavares Ribeiro, 27-12-37, Oliveira Frades; Filipe Malta Romeiras; José Justo André Roxo, 1-10-43; António de Almeida Salgado, 7-8-43, Rio de Janeiro; Rosendo Ventura Samarra, 21-8-45, Marvão; António Dias Sampaio, 15-10-37, Valongo; Fernando José Waldeman do Canto e Silva, 1-8-28, Lisboa; Sebastião José da Mota Sousa; Manuel Joaquim Lopes Valentim; 12-1-43, Sabugal; Mário Duarte Salgado Ventura, 22-12-40, Arcos Valdevez; António Fernandes Vaz; Fernando de Sousa Araújo Gouveia, 22-7-04, Lisboa; Rogério Morais Coelho Dias, 5-10-13, Viseu; Aníbal de São José Lopes, 22-6-20, Oliveira do Hospital; Manuel da Silva Clara, 20-7-13, Tucha. António José Rodrigues, 3-11-04, Espinho; Alvaro Augusto das Neves Pereira de Carvalho, 3-7-20, Figueira da Foz; José Maria do Amaral Leitão Bernardino, 6-7-16, Lisboa; Joaquim Malta de Oliveira Monteiro, 22-6-06, Sílvia da Costa Mortágua, 22-10-23, Estarreja; Manuel da Silva Baltasar, 8-10-08, Lisboa; Oscar Aníbal Picarra de Castro Cardoso, 11-6-35, Lisboa; Manuel José da Cunha, 11-3-20, Matosinhos; Carlos Rodolfo Xavier da Silva Lopez Veloso, 4-11-18, Lourenço Marques; Alberto Henrique de Matos Rodrigues, 11-3-27, Lisboa; Armindo Cândido de Oliveira C. Ferreira da Silva, 28-12-22, Braga; Antero da Glória Santos, 3-1-16, Lisboa; Adelino da Silva Tinoco, 22-9-20, Montemor-o-Velho; Abílio Augusto Pires, 5-6-26, Bragança; Cândido Pires, 27-11-25, Chaves; António Augusto dos Ramos Calhau, 12-7-39, Fronteira, Portalegre. António Adriano Freitas, 3-1-35, Funchal; Jaime Augusto Gomes da

(Cont. na pág. 2)



Sinal dos tempos. Os antigos carcereiros são agora os hóspedes da prisão de Caxias, aguardando a instauração de processo. Quantas voltas o mundo dá! Uma excelente lição para aqueles que não creem que o mundo é composto de mudanças...

## PELA PAZ E PELA DEMOCRACIA

'Portugal Ressuscitado' é o tema de uma canção criada em Caxias no dia em que as portas das prisões se abriram. Uma canção que empolga o povo e exprime uma realidade histórica. Portugal ressuscitou.

O caminho da reconstrução democrática apresenta-se, porém, semeado de obstáculos. Os 48 anos de fascismo pesam muito. Um país oprimido durante meio século pelo regime mais obscurantista da Europa e controlado pelo aparelho repressivo mais científico do mundo não poderia transformar-se de um dia para o outro numa democracia avançada.

Os acontecimentos dos últimos dois meses confirmam que o inimigo principal continua sendo o fascismo. A destruição das estruturas montadas pelo antigo regime apenas foi iniciada. A sua substituição por estruturas democráticas não é tarefa fácil. As insistentes provocações da direita dissiparam todas as ilusões a esse respeito.

As Forças Armadas, apoiadas pelo povo, libertaram um país arruinado, privado pela emigração de um terço da sua força de trabalho, angustiado por uma interminável e criminosa guerra. Mas os inimigos da democracia sabem que a gravíssima situação económica do país favorece as suas manobras de sabotagem e provocação. O nível de vida dos trabalhadores portugueses continua sendo o mais baixo da Europa (3.300 escudos de salário mínimo, isto é o equivalente a 1.100 cruzeiros) e as suas lutas reivindicativas são legítimas e indispensáveis. A grande maioria dos trabalhadores já percebeu, entretanto, que muitas reivindicações não podem, no atual momento, ser atendidas. A realização das grandes reformas sociais exigidas pelo povo não se insere na atual etapa do processo revolucionário; não é compatível com a relação de forças existente. Por isso mesmo as formas de luta devem ser cuidadosamente estudadas e o recurso à greve utilizado somente quando todos os demais meios falharem. É significativo que, hoje, seja o grande patronato quem fomenta greves, que as grandes empresas monopolistas (que antes discentiam cada centavo de aumento) se mostrem agora "generosas", oferecendo espontaneamente salários superiores aos vigentes nos países mais ricos da Europa Ocidental. Seu objectivo é levar à falência as pequenas e médias empresas, desorganizar a economia nacional, levá-la ao caos, alarmar a pequena burguesia, forjar tensões sociais explosivas propícias à volta da repressão, quebrar a aliança entre o povo e as Forças Armadas.

As greves que privaram Lisboa de pão (um lockout) e de transportes, a paralização dos Correios, Telegrafo e Telefones, e outras 'iniciativas' semelhantes revelaram com clareza a tática dos adversários da democracia. É verdade que foram derrotados. Mas, dia após dia, voltam à carga. E em todas as frentes. O fascismo e o grande capital elaboraram já a sua estratégia para a reconquista do Poder. Tentam ocupar lugares importantes nas novas estruturas que surgem, esforçam-se por sabotar a reconstrução económica e manobram nos bastidores para impedir o desfecho necessário e urgente das negociações com os movimentos de libertação africanos: o fim da guerra colonial, a independência real de Angola e Moçambique e o reconhecimento da República da Guiné-Bissau como Estado soberano. A meta dos

saudosistas do fascismo não oferece mistérios: um governo forte de direita, que restabeleça "a Ordem".

Como era de esperar, o macartismo já começou também a mostrar os dentes. No próprio seio do Governo Provisório de coalizão há elementos dispostos a fazer o jogo dos inimigos da democracia. O ministro do Interior, por exemplo, parece ser um porta voz qualificado dos caçadores de feiticeiras.

O caminho da democracia e da paz não será uma estrada de rosas. Mas poderá ser percorrido vitoriosamente se a unidade das forças democráticas for mantida e reforçada. A classe operária, os partidos progressistas, os trabalhadores democráticos têm de conservar-se vigilantes para enfrentar todos os desafios da direita e dos grupelhos de ultra esquerda que fazem o seu jogo.

Mais do que nunca o processo de liquidação do fascismo depende da aliança entre o povo e as Forças Armadas, entre as massas populares e o Movimento das Forças Armadas. Cabe a cada português patriota defendê-la e reforçá-la, na marcha firme e serena para a realização das eleições de 75, para a paz e a democracia.

PORTUGAL DEMOCRÁTICO



Desde o 25 de abril ao 1.º de maio, e posteriormente, as massas populares deram provas suficientes da sua participação no Movimento das Forças Armadas e do desejo de consolidar cada vez mais a histórica aliança entre si.

# ALVARO CUNHAL FALA POR UMA ESCOLA LIVRE E DEMOCRATICA AOS TRABALHADORES DO BARREIRO

Publicamos abaixo os principais trechos do discurso pronunciado por Alvaro Cunhal no Barreiro, durante o comício de 8 de Junho, que reuniu mais de 10.000 pessoas naquela vila.

Defender e consolidar as liberdades conquistadas a partir do heróico Movimento das Forças Armadas, pôr fim à guerra colonial, cortar o passo à contra-revolução, prosseguir a democratização da vida portuguesa até às eleições livres para a Assembleia Constituinte, são tarefas fundamentais e prioritárias.

O caminho será difícil e complexo, mas estamos em condições de realizar estas tarefas.

Gostaria de chamar aqui a atenção para três problemas importantes da situação política actual.

O primeiro é o da situação económica dos trabalhadores e da luta para melhorá-la.

O nível de vida dos trabalhadores portugueses é o mais baixo da Europa. Uma elevada percentagem vive ainda em condições de verdadeira miséria.

Por isso é completamente justo, necessário, indispensável e urgente que os trabalhadores lutem pelo melhoramento das suas condições de vida.

Mesmo os mais altos salários que têm sido exigidos não permitiriam aos trabalhadores portugueses um nível de vida semelhante ao dos trabalhadores com as mesmas profissões nos países mais desenvolvidos.

Entretanto, na luta reivindicativa dos trabalhadores, é necessário ter em conta alguns aspectos:

Tem-se discutido muito se algumas reivindicações podem ou não ser satisfeitas.

Nós, comunistas, temos solução para esse problema. Mas, para isso, seria necessário realizar profundas reformas sociais, que atingiriam os grupos monopolistas e os grandes latifundiários, e a verdade é que o actual Governo português não é um governo popular, não é um governo operário e camponês. E sim um governo de uma larga coligação em que há acordo para criar em Portugal um regime democrático, mas que não pode (nem o programa do Movimento das Forças Armadas, ou seja, a plataforma do Governo, o prevê) realizar profundas reformas sociais.

Antes dessas reformas, que só depois das eleições se poderão vir a realizar, se o nosso Povo assim o decidir não se devem perder de vista, na luta reivindicativa, as consequências na economia do País, tal como é hoje e não tal como desejariamos que fosse.

Instintando-se sempre e sempre em exigir a satisfação das justas reivindicações, devem ao mesmo tempo ter-se em conta as suas consequências na situação económica em geral e nas suas implicações políticas.

Hoje são os fascistas que estão interessados numa crise económica, porque sabem que uma crise económica seria terreno favorável para nele caminhar a contra-revolução. Os trabalhadores estarão vigilantes e não deixarão que o patronato reacção e os fascistas especulem com a sua situação e procurem servir-se dela para voltarem os trabalhadores contra o Governo Provisório, contra as forças democráticas e contra as Forças Armadas.

Um outro aspecto é a greve. Alguns detractores da orientação do Partido têm afirmado que o Partido está contra a greve.

Isto não é de forma alguma exacto. Nós defendemos a greve como uma forma de luta indispensável para que a classe trabalhadora possa defender os seus interesses e direitos.

O que somos nas condições actuais é contra a greve pela greve, contra a greve como forma primeira e imediata de luta, contra a greve que possa ser fomentada, não para defesa dos interesses dos trabalhadores, mas para criar dificuldades políticas ao Governo Provisório, para provocar as Forças Armadas, para tentar quebrar a aliança do povo com as Forças Armadas, aliança que é entretanto indispensável para que as liberdades alcançadas sejam defendidas e consolidadas, para que o fascismo não volte.

O segundo problema que gostaria de referir é a guerra colonial.

Tal como no tempo do fascismo, a guerra colonial continua a ser um problema central na política portuguesa. Além do seu profundo significado, além

do que significa de perda de vidas, de sofrimentos e lágrimas, a guerra afecta todos os aspectos da vida portuguesa. Trava o desenvolvimento económico. É causa de inflação e da conseqüente alta dos preços. Implica a maior exploração e o mais baixo nível de vida dos trabalhadores. Por isso, todas as forças responsáveis do nosso País afirmam ser necessário pôr fim à guerra e pôr-lhe fim rapidamente.

A abertura de negociações é pois um facto muito positivo. Mas não se devem esperar resultados espectaculares e o anúncio sensacional, prematuro e inexacto de tais resultados pela Imprensa não é de molde a facilitar um real progresso no processo de negociações, necessariamente complexas e demoradas.

A nosso ver, para se alcançar uma solução, é base essencial o reconhecimento efectivo do direito dos povos à autodeterminação e à independência.

Queremos confiar em que a força das realidades acabará por impor-se e que o processo de negociações acabará por conduzir ao fim da guerra e à solução justa do problema.

O terceiro problema é o da liberdade.

A ditadura fascista foi derrubada e foram instauradas liberdades essenciais. Nunca é demasiado vitoriar a acção corajosa e decisiva do Movimento das Forças Armadas. Nunca é demais insistir em que, aliando-se aos militares, e dando nova dinâmica ao processo de liquidação do fascismo e da instauração das liberdades, intervieram logo no processo da democratização as massas populares — força determinante das grandes transformações sociais.

Depois de quase meio século de opressão fascista, trata-se de uma grande e histórica vitória do povo português, cujo significado e importância só contestam os fascistas ou aqueles pseudo-revolucionários que fecham os olhos à realidade e a quem nada interessa a sorte do nosso Povo.

A liberdade pode não ter para alguns qualquer importância. Mas tem importância, e grande importância, para os trabalhadores portugueses, que tudo farão para não mais perdê-la.

Embora com o risco de desludir os optimistas, tenho o dever de afirmar claramente que seria erro grave pensar que a liberdade está já assegurada para sempre. Não, camaradas. A alternativa fascismo ou liberdade não está completa e definitivamente arrumada.

Temos algumas liberdades essenciais, mas não temos ainda um regime democrático.

A reacção e o fascismo possuem ainda força apreciável. Procurarão dificultar o processo de democratização. Na crise de fins de Maio, fomentaram a desordem económica, sopraram conflitos sociais, conseguiram paralisar transportes, cortaram abastecimentos e procuraram opor os trabalhadores ao Governo e às Forças Armadas, e assim abrir caminho à contra-revolução.

Pela acção do Partido Comunista e do Movimento Democrático, pela serenidade das Forças Armadas e também e fundamentalmente pela elevada consciência política dos trabalhadores, que alertados pelo Partido, viram o perigo, a primeira ofensiva da reacção depois do 25 de Abril foi dominada.

Os trabalhadores terão de futuro presente esta experiência, manterão sempre bem alta a sua consciência política e revolucionária, estarão vigilantes às manobras da reacção e assim (estamos certos) novas tentativas da reacção e do fascismo serão novamente derrotadas.

A classe operária tem em si força bastante para transformar o mundo. Mas só o transformará se essa força estiver organizada. A força dos trabalhadores expressa-se fundamentalmente na sua organização.

Um rápido progresso da organização é essencial para que a classe mais explorada, a mais oprimida, a classe sempre forçada a cumprir numerosos deveres, sem lhe serem reconhecidos os justos direitos, a classe mais combativa e abnegada, a única verdadeiramente revolucionária — a classe operária portuguesa — possa defender eficazmente os seus interesses, lutar pela realização das suas aspirações, desempenhar o papel que lhe cabe na democratização da sociedade portuguesa.

Estamos certos de que a classe operária do Barreiro saberá, na realização das tarefas que hoje se colocam, ser digna das suas gloriosas tradições revolucionárias.

Uma grande e radical mudança se operou nas escolas. As massas estudantis, ao lado do movimento democrático revolucionário das Forças Armadas, ao lado do povo português, acompanhando o processo de democratização do País, instauram nas escolas as liberdades democráticas, expulsam os lacaios do regime, reconquistam as suas AAEE, reforçam a sua organização, lançam as bases — em conjunto com os professores progressistas — da futura organização democrática das escolas.

Uma vez mais, é ao lado das massas populares que os estudantes se encontram. Ao lado do povo português, em aliança com o MFA, cooperando estretamente com o movimento democrático e popular, os estudantes marcham unidos para a construção duma escola democrática, ao serviço do povo português. Tal o sentido de todas as reuniões massivas realizadas nas escolas das três academias e em numerosos liceus e técnicas espalhados pelo país.

## CONSOLIDAR AS LIBERDADES DEMOCRATICAS DENTRO DAS ESCOLAS

Consolidar as liberdades dentro das escolas é antes que tudo organizar as largas massas estudantis para intervir no que diga respeito à vida das escolas e do país.

As AAEE são formas provadas de organização estudantil, quer nas condições do fascismo, quer já nas condições criadas pelo movimento revolucionário de 25 de Abril. Com ele o MA desenvolveu-se impetuosamente nos últimos dias, confirmando ser um inestimável instrumento da organização e intervenção estudantil na vida nacional. No momento actual, a generalização das AAEE a todas as escolas, garantindo a sua unidade, representatividade e democraticidade; o lançamento de jornais organizativos para a coordenação do MA a nível de academia e a nível nacional, são importantes passos que os estudantes portugueses estão em condições de dar.

A criação de uma estrutura do MA com carácter nacional impõe-se não só para coordenação das várias escolas e academias, mas também pela necessidade dum órgão representativo de todos os estudantes, que centralize as relações de trabalho e cooperação com o Governo Provisório e estabeleça e reforce laços a nível internacional.

Um forte e massivo MA, uma forte, combativa e responsável organização associativa, são condições essenciais para — em cooperação com o povo português — liquidar os focos da reacção.

Um amplo movimento associativo, representativo dos estudantes portugueses independentemente das suas opções políticas ou religiosas, regendo-se por normas democráticas a todos os níveis de decisão e acção, dotado de estruturas operativas e responsáveis face às massas estudantis, é uma condição, aliás já em larga medida preenchida mas que importa desenvolver, para uma ampla e eficaz intervenção estudantil no Portugal Democrático.

## ESTA ABERTO O CAMINHO A UMA ESCOLA DEMOCRATICA

Um amplo processo de democratização das estruturas escolares está em marcha. Cooperando estretamente, estudantes e professores progressistas puseram em pé uma importante estrutura de gestão da vida escolar. Entretanto, como as massas estudantis reconhecemos, o seu carácter é provisório, conjuntural, inacabado. O Governo Provisório através da pasta da Educação e Cultura fez conhecer no dia seguinte à sua criação que «vai institucionalizar formas democráticas de administração das escolas, a partir de propostas já surgidas nos meios académicos».

É tarefa dos estudantes, das suas AAEE representativas, da sua participação nas comissões directivas provisórias, cooperar com a coligação governamental para que tal objectivo se realize.

A definição dos objectivos, métodos, fins e meios do ensino cabe ao nosso povo e está em absoluto interligada com a política económica, social e cultural que, correspondendo aos seus anseios, vier a ser aplicada. Os estudantes têm tido um importante papel no combate ao ensino fascista, no avançar de propostas que contribuíam para colocar os destinos do ensino nas mãos do povo português e a seu serviço. Uma Reforma Geral e Democrática do Ensino que traduza tal objectivo foi e é hoje parte constitutiva dos programas das AAEE que ao longo dos anos têm sido aprovados na generalidade das escolas.

O movimento revolucionário de 25 de Abril criou condições para a sua concretização. Sendo um programa de largo alcance, um primeiro passo para uma profunda revolução cultural, é em conjunto com o povo português, em cooperação com o Governo Provisório, que se tem que avançar nas medidas

de carácter imediato que se integram nas suas linhas fundamentais.

## O POVO E OS ESTUDANTES HERDARAM UM ENSINO ANTIPOPULAR

Um ensino caótico, reacçãoário, anti-científico; medidas selectivas de carácter classista tendentes a afastar dele os filhos do povo trabalhador; completa falta de infra-estruturas — tal o panorama escolar que o fascismo criminosamente forjou para o povo português.

O povo português quer um ensino onde estejam presentes os seus filhos, quer técnicos, professores, médicos, cientistas ao serviço de um Portugal independente, pacífico, democrático e progressivo.

Os estudantes querem um ensino ligado à vida, aos anseios de liberdade e progresso social do nosso povo, um ensino que contribua para o desenvolvimento económico geral, que seja sustentáculo de uma progressiva elevação cultural do povo português. Com estes objectivos os estudantes responderão massivamente com um SIM às tarefas de edificação económica, social, política e cultural do Portugal Democrático.

## ELEVAR O NIVEL CIENTIFICO-TECNICO E PEDAGOGICO E UMA TAREFA PATRIOTICA

Na generalidade das escolas os estudantes ensaiam medidas tendentes a obter uma melhor formação técnico-científica. Tomam medidas para acabar ou minorar a selecção repressiva, liquidam cadeiras de conteúdo abertamente reacçãoário e fascista e em seu lugar estudam matérias ligadas à vida e às necessidades actuais do nosso povo. Este é o elevado sentido de responsabilidade política que as massas estudantis patenteiam junto do povo português.

É certo que elementos pseudo-radicalis, colocados à margem do actual processo revolucionário (e, sempre que a vigilância das massas abrangia, agindo contra ele), tentam lançar a confusão e a divisão entre os estudantes. Nalgumas paredes podemos às vezes ler «O capital precisa de ti, Estuda». Lectores apressados deste «elevado pensamento» atrevem-se às vezes a propor «passagem administrativa de ano», «abolição dos exames», esquecendo que o nosso povo precisa de médicos, técnicos, professores, pedagogos, cientistas com a necessária competência técnico-científica. Tais propostas, a serem seguidas, não serviriam este objectivo.

Quem defende o caos nas escolas, quem pretende generalizar nas massas estudantis sentimentos de irresponsabilidade social? Os comunistas, não! São precisamente os grupelhos pseudo-radicalis, esses que dos comunistas fazem o seu principal alvo. Quem os apoia activamente? Não são as massas... São os que até 25 de Abril defendiam abertamente a política fascista dos monopolistas.

Na nova situação política a reacção mudou de tática pois não deixou ainda de agir.

Se até 25 de Abril os reacçãoários se escandalizavam pudicamente com qualquer tipo de abolição de exames ou passagem administrativa ou mesmo com

a repetição de exames, reprimindo violentamente quaisquer tentativas de solucionar graves situações pedagógicas de que apenas eles eram responsáveis, não recuando mesmo perante o chumbo colectivo (caso de Coimbra 69 e Técnico 73), agora é precisamente a ala mais reacçãoária do corpo docente que apoia o fim das aulas, a passagem administrativa, a abolição dos exames. Completando o quadro, alunos universitários militando nos comandos de choque fascistas e nos grupelhos da ultradireita, integram-se nos grupelhos pseudo-radicalis mudando de ideologia. O processo revolucionário de 25 de Abril converteu destacados activistas fascistas em... trotskistas! Independentemente da coincidência de propostas dos pseudo-radicalis e dos comandos fascistas, interessa pôr a claro a tática da reacção na universidade.

É evidente que tais propostas anarquizantes e sabotadoras têm uma base material, um ensino inumano, que se fundamental não tem em conta as capacidades, aspirações profissionais, reais conhecimentos adquiridos, um ensino elitista, reacçãoário, obscurantista.

Ao ensino caótico que os fascistas nos legaram, os estudantes respondem não colaborando com a reacção e a incapacidade que esta deseja provocar, mas colocando as escolas, em conjunto com o povo português, desde já dentro das tarefas da construção de um Portugal Democrático.

O M. A. com toda a sua experiência organizativa, com uma larga prática no campo da prestação de serviços, da cultura progressista, do desporto de massas, está em condições — melhorando a sua organização a nível local, regional e nacional — de dar um grande contributo para o Portugal Democrático que o movimento popular, em aliança com o Movimento das Forças Armadas, está empenhado em construir. Neste momento estão irmãs operárias deste objectivo a classe operária, os empregados, os intelectuais, os militares patriotas, todas as camadas sociais antimonopolistas.

A ditadura terrorista instalou o caos económico, político e social, oprimiu os povos coloniais irmãos em nome do povo português, utilizando abusivamente para tal os seus filhos fardados. O analfabetismo é uma realidade gritante. A cobertura sanitária é praticamente inexistente.

O Colonialismo tem o seu dia contado. 50% do orçamento nacional ficará livre e revertirá para as tarefas da reconstrução nacional. Preparar-se a nacionalização a curto prazo dos bancos emissores. O Governo Provisório resultante da unidade das massas populares aliadas com os patriotas fardados, concretizando as medidas imediatas já anunciadas, consolidará um regime democrático e encaminhará o povo português pela via do progresso social.

Nas escolas, como sempre, os estudantes estarão ao lado do povo, e as primeiras linhas colocarão o seu poderoso M. A. ao serviço da consecução destes objectivos.

(Do jornal estudantil UEC, Lisboa, Junho)

## EXÉRCITO DIALOGA COM A FRELIMO

LOURENÇO MARQUES, 20.

«Um grupo de oficiais portugueses, operando no Norte de Moçambique, alguns dos quais afirmam ter participado no Movimento de 25 de Abril, lançaram um apelo a favor da instauração dum cessar fogo que seria seguido por novas negociações de paz em Lusaka com os dirigentes da Frelimo.

Este apelo, lê-se numa circular enviada a todas as unidades militares, aos jornais e as estações de rádio de Moçambique assim como ao novo governador-geral de Moçambique, pede para se «acabar imediatamente com a guerra».

«Os problemas de Moçambique — acrescenta o texto — não serão resolvidos com esta guerra. As soluções devem ser procuradas por meios políticos e não militares. O grupo de oficiais deseja também contactos directos entre os rebeldes da Frelimo e membros das Forças Armadas para se conseguir um cessar-fogo em Moçambique e preparar novas conversações de paz. Logo que esta circular for tornada pública, indicam os oficiais, o povo de Moçambique deverá compreender que as Forças Armadas não desejam o confronto armado».

Trata-se, notam os observadores, do primeiro apelo para o cessar fogo lançado desde 25 de Abril pelos militares que combatem a Frelimo.

(Do «Diário de Notícias», 21 de Junho).

## 151 PIDES

(Concl. da pág. 1)

Silva, 26-11-16, Setúbal; Américo da Silva Carvalho, 28-11-21, Lisboa; António Lopes, 7-9-15, Góis; Manuel Vile de Figueiredo, 30-3-12, Serpa; Henrique de Sá e Seixas, 29-12-04, Almeida; Francisco Lopes Picaró, 25-11-19, Lisboa; Guida da Costa Martinho Reis, 21-4-14, Lisboa, Helena Celeste Barreiros da Gama, 21-1-24, Lisboa; Manuel Vaz Afonseca, 27-10-37, Fafe; Agostinho Barbieri Figueiredo Cardoso; Fernando Eduardo da Silva Pais; Fernando Beça de Almeida, 19-2-38, Valongo; Manuel Ferreira Borges, 9-9-23, Porto; Fernando Guedes Cabanelas, 18-2-34, Lousada; Ernesto Rodrigues Caeiro; António Rosa Casaco, 1-3-15, Santarém; José Maria Moreira da Costa, 24-9-28, Valongo; António Manuel Fernandes, 2-12-28, Prozelos-Amares; Maria Rosa Trindade Fernandes, 9-9-25, Póvoa do Varzim; José Lopes Garçós, 6-6-46, Almeida; Manuel Gomes, 6-1-39, Arouca de Valdevez; Manuel Martins Gomes, 19-1-20, Santo Tirso; Hugo Vieira Jesus, 10-6-42, Silves; Joaquim de Jesus, 27-6-41, Miragaia; Virgílio Henrique Sales de Almeida Lopes, 10-8-20, Castelo; Manuel de Deus Martins, 25-5-40, Bragança; Maria do Carmo Martins Leal Araújo Monteiro, 2-6-40, Ourense; António Guilherme da Costa Moreira; Amândio Gomes Nala, 27-7-22, Montemor-o-Velho; Luis Manuel Dias Neves, 11-6-36, Tomar; José Manuel da Cunha Passo, 13-9-25, Maфра; Fernando Bento Pereira, 25-1-44; Francisco António da Mata Pereira, 26-11-

Em Portugal...  
actual é...  
Fôr...  
mas de...  
lo fascis...  
bras. M...  
temas n...  
das pos...  
forças...  
uma situ...  
num...  
partido...  
que exige...  
insuficiente...  
podem...  
As forças...  
empres...  
especific...  
mas men...  
a lançar...  
in-revol...  
possibili...  
ta em c...  
na na c...  
tal. A c...  
tu esse...  
que quer...  
de A...  
libert...  
anismo...  
Mas a...  
ambém...  
empri...  
m con...  
ar as n...  
RIMEI...  
CONTR...  
Nos ú...  
masu i...  
coodes...  
superior...  
En...  
imprio...  
malhu...  
banhas...  
as as...  
empati...  
panete...  
ades d...  
que d...  
suspect...  
Os i...  
mastrar...  
a inte...  
da...  
sua...  
bent...  
nas ru...  
mtra...  
proves...  
ber...  
popula...  
ertos...  
seu...  
a rea...  
A p...  
lisco...  
master...  
nca...  
denniv...  
travdi...  
mha...  
do e...  
di a p...  
Comun...  
e do...  
desma...  
e most...  
cincis...  
das P...  
emrg...  
permit...  
dient...  
a de...  
Trat...  
ra-re...  
na ay...  
dos de...  
uma...  
er as...  
no fu...  
os ini...  
novan...  
A AL...  
Nos...  
nante...  
tema...  
dades...  
mocr...  
ções...  
ou a...  
um ce...  
event...  
A...  
trou...  
teme...  
Esta...  
para...  
adeal...  
nio...  
que...  
trou...  
sua...  
ncon...  
tuop...  
so a...  
é ex...  
cum...  
Al...  
ção

# CAMINHO DIFÍCIL MAS IMPERIOSO

# UMA DIPLOMACIA PODRE

Em Portugal existem algumas liberdades essenciais. Mas não existe ainda um regime democrático. A situação actual é transitória. Existe uma plataforma — o programa do Movimento das Forças Armadas vitorioso em 25 de Abril — para a solução dos problemas de emergência, para a liquidação do fascismo e a preparação de eleições livres. Mas a solução dos grandes problemas nacionais está fora do âmbito das possibilidades da actual coligação das forças governantes. Criou-se assim uma situação muito complexa em que há numerosas as contradições e os aspectos de rotura eventual. Esta situação exige uma política extremamente cautelosa e vigilante, em que a precipitação, a impaciência, o erro da calculagem podem deitar tudo a perder.

As forças da reacção, pela sua parte, compreendem estas características específicas da situação. Não dispondo, ao menos de momento, de forças para lançar um ataque frontal contra-revolucionário, jogam bastante na possibilidade de uma divisão e mesmo de um confronto das forças interessadas na democratização da vida nacional. A crise social dos fins de Maio pôs à nu essa linha de acção daqueles que querem pôr em causa a vitória do 25 de Abril, roubar de novo ao povo as liberdades, reconduzir Portugal ao fascismo.

Mas a crise de fins de Maio mostrou também que as forças da democracia, ao compreenderem a situação real e agem em consequência, podem fazer fracassar as manobras reacçãoárias.

### TEMEIRA DERROTA DA CONTRA-REVOLUÇÃO

Nos últimos dias de Maio, a reacção passou à ofensiva. Grandes empresas concedem subitamente aumentos muito superiores aos exigidos pelos sindicatos. Em toda a parte aproveitando o espírito e justo descontentamento dos trabalhadores, administradores de companhias e fascistas encapotados exclamam as reivindicações até um nível insustentável para a economia nacional, prometem grandes aumentos mesmo antes de negociações e incitam a fazer greve dirigida, não contra as empresas respectivas, mas contra o Governo Provisório.

Os grupos pseudo-revolucionários, que passaram então claramente servir, não os interesses dos trabalhadores, mas a da reacção. Colaborando com as manobras do patronato reacçãoário, fomentando um ambiente de anarquia nas ruas, lançando-se em luta aberta contra o Governo Provisório, realizando provocações com o claro objectivo de fazer quebrar a aliança das massas populares com as Forças Armadas — certos grupos esquerdistas revelaram o seu triste papel de ponta de lança da reacção.

A paralisção dos transportes de Lisboa, com a greve da Carris, e dos estabelecimentos com a «greve» do pão, marcaram o momento mais sério dessa ofensiva reacçãoária. A não ter sido levada então, a vida económica caminhar para a completa desorganização e a paralisia abrindo caminho fácil à contra-revolução.

A posição firme e clara do Partido Comunista, das organizações sindicais e do Movimento Democrático Unitário, desmascarando as manobras da reacção e mostrando o perigo, a elevada consciência dos trabalhadores, a serenidade das Forças Armadas e as medidas de emergência do Governo Provisório, permitiram fazer fracassar a primeira ofensiva concertada da reacção fascista depois do 25 de Abril.

Trata-se de um sério revés da contra-revolução. As massas trabalhadoras aperceberam-se de formas e métodos da acção do inimigo. E uma riquíssima experiência que não mais deve ser esquecida e tem de estar presente no futuro, pois, sem qualquer dúvida, os inimigos da democratização voltarão novamente ao ataque.

### A ALTERNATIVA

Nas condições actuais, coloca-se perante o povo português uma clara alternativa: ou se consolidam as liberdades, se prossegue o processo de democratização até à realização das eleições para a Assembleia Constituinte, ou a vitória do 25 de Abril será posta em causa e teremos uma nova ditadura, eventualmente ainda mais violenta.

A grande massa da população mostrou e mostra dia a dia querer ardentemente as liberdades e a democracia. Esta realidade ninguém contesta. Mas, para assegurar a vitória, essa ampla adesão popular ao ideal da democracia não basta. Por um lado, é necessário que o movimento popular reforce extraordinariamente todas as formas de sua organização. Por outro lado, é necessário ter uma ideia exacta da situação real e medir bem em cada caso as forças e as possibilidades. Se isso é esquecido, as forças populares podem caminhar para sérios revéses.

Alguns aspectos essenciais da situação actual devem ser sublinhados.

O primeiro. A Unidade do Movimento Popular e Democrático e o reforço da aliança das massas populares com as Forças Armadas constituem condições indispensáveis para o prosseguimento do processo de democratização. A aliança das massas populares com as Forças Armadas é, nas condições actuais, a chave do sucesso. Quem, pelas suas posições, atitudes e declarações e formas de acção irresponsáveis procurar abrir uma brecha ou provocar uma oposição entre o movimento popular e as Forças Armadas, serve objectivamente os interesses da contra-revolução.

O segundo. Ninguém tem o direito de ignorar que o Governo actual representa uma vastíssima coligação de forças sociais e políticas, unidas em torno de objectivos fundamentais da instauração de um regime democrático e do fim da guerra colonial, mas tendo inevitavelmente pontos de vista muito diferenciados. O Governo tem como seu programa o programa do Movimento das Forças Armadas, que é uma plataforma com objectivos de emergência e não um programa de reformas sociais.

Exigir neste momento a solução global de todos os grandes problemas e exigir profundas transformações sociais e democráticas, como se no Poder estivessem um Governo popular, em nada contribui para o desenvolvimento do processo revolucionário. A tarefa fundamental na actual etapa da luta é o cumprimento do programa do Movimento das Forças Armadas. É, sem dúvida, limitado. Mas pode assegurar a consolidação da liberdade e o caminho até à democracia.

O terceiro. A guerra colonial, a prosseguir, pode agravar extraordinariamente a situação interna. As negociações começadas dificilmente conduzirão ao sucesso se não forem conduzidas na base de um projecto político o comentário aceitável, não é menos certo que certa propaganda esquerdistas e irresponsável só prejudica a busca conjunta de uma solução.

Finalmente, a ditadura fascista foi derrubada mas o poder económico continua nas mãos dos grandes grupos monopolistas que beneficiam largamente da dominação fascista. Esses grupos ou se conformam com a situação e se adaptam aos novos tempos ou continuam a ser adversários da democratização e da realização de eleições. A dificuldade de combater a sua obstrução é séria, porque o programa do Movimento das Forças Armadas não prevê nem admite profundas reformas sociais. Entretanto, uma coisa são reformas sociais profundas. Outra é o impor, seja a quem for, o novo curso político definido pela vitória das Forças Armadas.

E na base da consciência destas realidades que as forças democráticas devem definir a sua orientação política e a sua linha de acção.

Se todos souberem compreendê-lo, as liberdades poderão consolidar-se e o processo de democratização poderá prosseguir favoravelmente.

O actual curso da política portuguesa para a democracia pode ser prosseguido com êxito. As Forças Armadas, que fizeram o 25 de Abril, permanecem fieis ao objectivo de conduzir Portugal ao regime que o povo português livremente escolheu. O movimento popular é um poderoso movimento de massas, unido em torno de objectivos democráticos essenciais. Essas duas componentes estão em condições de assegurar o prosseguimento do processo de democratização. Mas, para isso, é necessário que se mantenha e reforce a sua aliança. Nem as Forças Armadas podem sem o movimento popular conduzir Portugal à democracia nem o poder fazer o movimento popular sem as Forças Armadas.

Um rompimento desta aliança só poderia sair-se com a perda das liberdades e o regresso da reacção e do fascismo. Esta realidade nunca deve ser esquecida, como não deve ser esquecida a correlação de forças.

É necessário dar combate firme e constante à reacção. É necessário combater por um lado o oportunismo, que renuncia aos objectivos democráticos fundamentais, e isolar o aventurismo provocatório dos pseudo-revolucionários. É necessário continuar a lutar pelo melhoramento das condições de vida dos trabalhadores, utilizando preferencialmente a negociação e evitando no momento actual o agravamento dos conflitos sociais. É necessário utilizar as liberdades alcançadas e lutar pelo seu alargamento, edificando uma ordem democrática, respeitando-a com disciplina e civismo e exigindo que todos a respeitem.

Nas condições presentes, o caminho da democratização é extremamente complexo. Mas com justa orientação, sensibilidade política, forte organização, poderosa intervenção das massas populares, com as Forças Armadas, esse caminho poderá ser percorrido com sucesso».

(do «Avante», Lisboa, 7 de Junho).

Dois meses após o 25 de Abril, as Embaixadas e Consulados portugueses continuam cheias de elementos fascistas. Contam-se pelos dedos os embaixadores removidos dos postos que ocupavam, muito embora a grande maioria tivesse uma actuação vergonhosa. Em Buenos Aires permanece como embaixador o fascista Luis Pinto Coelho; em Estocolmo continua a desempenhar o mesmo papel um senhor cuja conduta fascista foi, agora, publicamente denunciada pelo próprio Partido Socialista Sueco. A Embaixada do México está cheia de fascistas. Em São Paulo o vice-consul é um cavalheiro de passado sombrio, sem qualificação de qualquer espécie para o cargo, e que sempre se comportou de maneira vergonhosa em relação aos anti-fascistas portugueses.

Como o tema não perdeu actualidade, reproduzimos a seguir um artigo do nosso companheiro Miguel Urbano Rodrigues, publicado pelo «Seculo», de Lisboa na sua edição de 27 de Maio, sob o título «Uma diplomacia podre»:

Um jornalista colombiano, velho companheiro de lutas nos países da América Andina, dizia-me, há dias, em Lisboa: «O que mais me impressiona no teu país é a descoberta de uma classe operária que, pela sua seriedade e lucidez, parece ter evoluído sempre numa atmosfera de liberdade. Para nós, habituados ao desalento e aos recuos gerados por incontáveis contra-revoluições, é reconfortante presenciar o comportamento exemplar de um proletariado que suportou meio século de fascismo».

E bom ouvir opiniões como essa em Portugal, neste incrível mês de Maio de 1974. Mas seria negativo ampliá-las em generalizações imprudentes. O que é válido para a classe operária não é para a totalidade da população. O fascismo deixou marcas profundas em muitos estamentos da sociedade portuguesa. Marcas que são visíveis nos pequenos factos do dia-a-dia, até mesmo entre gente que se bateu corajosamente contra o regime deposedo. O País viveu tanto tempo tutelado por um bando de criminosos que a pequena e a média burguesia reflectem em atitudes contraditórias de agressividade e passividade a insegurança acumulada em 48 anos de fascismo.

Há quem reduza todos os nossos problemas a uma política de vindicta, de perseguições irracionais. No pólo oposto encontram-se aqueles que julgam elevar-se a uma sabedoria olimpica abrindo os braços a todos quantos desempenharam o papel de instrumentos supostamente inconscientes do fascismo. Nenhuma dessas atitudes facilita o cumprimento das tarefas ligadas à construção do futuro. Os caminhos da unidade e da concórdia não podem

ser abertos pelo espírito de vingança; mas ficariam semeados de escolhos se a perda da memória substituisse a vigilância necessária.

Nos seus primeiros trinta dias, o processo de democratização apresentou um ritmo tão rápido que amplos sectores da opinião pública, ingenuamente, tendem a crer que a destruição das estruturas fascistas e a resolução dos problemas humanos a ela inerentes estarão concluídas dentro de pouco tempo. Os acertos e desacertos, na soma das vinganças descabidas e de absurdos gestos de clemência, acabariam por se equilibrar. Não me parece correcta essa postura. Nunca há equilíbrio na acumulação de erros. No tocante ao julgamento — na acepção não jurídica do termo — dos homens que, de uma maneira ou outra, colaboraram com o fascismo coloca-se, antes de mais, uma questão de prioridades, indissociável do tipo de função exercida e da gravidade das consequências da permanência ao serviço do Estado de elementos que, consciente ou inconscientemente, se identificaram sempre com uma política de tração nacional.

Entre os problemas maiores relacionados com o saneamento, inscreve-se, por exemplo, um que exige estudo atento e medidas urgentes: a revisão, de alto a baixo, dos quadros do Serviço Diplomático.

A premência de decisões fundamentais no plano interno não é impeditiva, no plano externo, de decisões complementares igualmente fundamentais. Neste preciso momento, desenvolvem-se, em Londres, negociações de uma importância capital para a solução do problema colonial. Do lado português é o próprio ministro dos Negócios Estrangeiros quem as conduz, e todos esperamos que o diálogo com os movimentos libertadores leve rapidamente à paz. Portugal mudou tanto em tão poucas semanas que o reconhecimento da República da Guiné-Bissau como Estado soberano parece, agora, uma meta prestes a ser alcançada.

Os actos e a imagem, no Portugal redignificado, são porém, inseparáveis. Agora, sim, a história transformou em verdade a mentira do fascismo: o mundo tem os olhos postos em nós. Daí a gravidade da presença em dezenas de missões diplomáticas de pessoas que se habituaram desde 1926 a fazer fora do País a apologia de tudo o que Portugal repudia.

Os casos do exílio proporcionaram-me um conhecimento relativamente aprofundado da mentalidade e das formas de comportamento dos altos funcionários desse pequeno mundo grotesco que tinha por epicentro o Palácio das Necessidades. Raras vezes encon-

trei embaixadores ou cónsules de Salazar ou Caetano a quem pudesse estender a mão. Constituíam uma fauna «sui generis» aos olhos da qual os emigrantes portugueses eram pouco mais do que gado e os exilados antifascistas uma espécie peculiar de bandidos ou anormais. Especializados nas banalidades e intrigas da «Carrière», conhecedores das mais rebuscadas fórmulas de cortesia mundana, de marcas de vinhos, de subtilidades relacionadas com o maneio dos talheres e a combinação de cores entre gravatas e peúgas, esses senhores formaram sempre um microcosmo fechado onde a técnica de redigir um ofício ou a ciência de distribuir lugares num banquete pesava mais do que o conhecimento do País no qual serviam ou a problemática de Portugal. Salvo raras excepções, proclamavam, e proclamam, o seu rigoroso apolitismo. Diziam agir como funcionários, como representantes da Nação Portuguesa. Mas agiam, salvo excepções ainda mais raras, como autênticos porta-vozes do fascismo.

Compareciam, alegres e submissos a receber os visitantes «eminentes» da «menagerie» salazarista (de Tenreiro a Moreira Baptista), presidiam às sessões solenes de exaltação do regime, negavam secamente passaportes aos exilados antifascistas, desciam às mais mesquinhas manobras policiais, mantinham em cargos de confiança (até vice-cónsules) agentes da PIDE-DGS, protestavam arrogantemente contra a presença nas Universidades de professores portugueses perseguidos pelo fascismo, enviavam cartas insolentes aos jornais que relatavam honestamente os crimes da guerra colonial. Por ironia da História muitos desses senhores actuaram ainda como papagaios do fascismo para além da queda do fascismo. No Brasil, para dar um exemplo, certas redacções, devido ao atraso dos correios, receberam material de propaganda com a apologia entusiástica da guerra colonial, alguns dias após o 25 de Abril. E cito o Brasil porque foi sempre, nas últimas décadas, o cenário onde a diplomacia do fascismo se comportou de maneira mais abjecta.

Hoje os embaixadores da «Carrière», e outros, improvisados por Salazar e Caetano, relembram a sua condição de funcionários, o seu apolitismo.

Levanto o problema pela sua importância e actualidade. Sem apontar nomes. O que preocupa todos os que conhecerem de perto a actuação da diplomacia fascista em países onde a sua presença tinha alguma significação (e peso político) é o futuro, a relação complexa entre Portugal real de hoje e a sua imagem fora. Se o apolitismo, doravante, for silêncio se os ex-embaixadores de Caetano & Cia. permanecerem nos seus postos, num prudente mutismo, se os adidos culturais e de imprensa que faziam a defesa entusiástica do colonialismo não forem destituídos, então todos estaremos sendo derrotados. Os que enaltecem a guerra têm agora pudor de elogiar o Movimento das Forças Armadas, os epígonos do sr. Marcelo Caetano pedem hoje desculpas, entre dois «whiskies», envergonhados pelo facto de haver no Governo Provisório ministros que representam o heróico Partido da classe operária portuguesa.

Como patriota temo que em Portugal, por timidez, por respeito à herança burocrática, seja repetido o erro que o Governo da Unidade Democrática cometeu no Chile, no terreno diplomático. Nunca esquecerei o comentário que ouvi em 1970, ao escritor Jorge Edwards, no dia em que a extrema-direita assassinou, em Santiago o general René Schneider. «Em todo o corpo diplomático chileno, disse-me, há apenas quatro diplomatas de carreira leais à Unidade Popular». E a lealdade dessa minoria, pelo visto, era duvidosa. O próprio Edwards, mais tarde ministro conselheiro de Pablo Neruda em Paris, acabou revendo a sua posição política. Já escreveu um livro insultuoso para a Revolução Cubana.

Pelo que conheço da «Carrière» portuguesa, o paralelo tem cabimento. Os senhores embaixadores, herdados do fascismo são, em grande maioria, aliados potenciais da contra-revolução, que anima os seus sonhos de Talleyrands caricatizados. Entre eles abundam cavalheiros semelhantes a um representante do Chile em S. Paulo, que não queria ver no Consulado agente partidário do Governo de Salvador Allende, do Governo que o nomeara. A verdade é transparente. Muitas Embaixadas Portuguesas são quistos fascistas espalhados pelo Mundo. Nelas há certamente funcionários decentes. Mas o saneamento, na cúpula, é uma exigência do momento histórico. Portugal precisa de uma diplomacia nova.

Urge dar início ao saneamento, sem espírito de vinda. Caso por caso. O ministro Mário Soares, que conhece bem o problema, tem condições e apoio popular para levar a bom termo essa tarefa.

# PALAVRAS DE JOSE MAGRO

De uma longa entrevista concedida ao «Notícias da Amadora» pelo destacado dirigente operário José Magro transcrevemos os seguintes trechos:

«Tenho ouvido chamar ao 25 de Abril de «golpe militar». Penso que isto não é correcto. Ainda que realizado por oficiais, há que ter em conta que esses jovens oficiais sofreram a influência da luta popular, foram formados praticamente pela movimentação e pela luta das democratas e pela consequência das guerras coloniais. Estes capitães e majores que constituem o Movimento das Forças Armadas, são verdadeiros democratas interessados no derrubamento do fascismo e na instauração dum regime democrático no país. Este é um aspecto. O outro é que o 25 de Abril, tanto quanto sei, não foi realizado exclusivamente pelos militares; acompanhando-os, antecedendo-os muitas vezes, nós, vimos nas ruas as massas populares intervindo em todo o processo. Poderia citar diversos exemplos, como seja a libertação de todos os presos políticos no dia 26, ou a destruição de todo o aparelho policial do fascismo».

Desde 25 de Abril até ao momento presente, podemos distinguir três fases distintas na evolução da situação política em Portugal: de 25 de Abril a 1 de Maio, de 1 de Maio à constituição do Governo Provisório e daí em diante. Com efeito, o 1.º de Maio foi a solene declaração de apoio do povo português à intervenção do Movimento das Forças Armadas e às medidas imediatas no sentido da destruição do Estado fascista; as manifestações do 1.º de Maio, trazendo para a rua milhões de portugueses, deram ao M. F. A. o aval necessário para que, no período seguinte, este fosse consideravelmente além das primeiras previsões. Em 25 de Abril, poucos imaginariam que três semanas depois Portugal fosse o único país capitalista com o Partido Comunista representado no Governo.

Quadro do único partido político enraizado nas massas populares, com uma força organizada que lhe permitiu so-

breviar a 48 anos de repressão, José Magro analisa o actual momento político.

«Neste momento, trata-se não só de reforçar no campo das instituições todas as conquistas alcançadas até à construção do Governo Provisório, mas levá-las mais longe. Realizar uma transformação tão profunda como a que ocorreu neste país, conseguir a destruição dum regime fascista e o estabelecimento das bases para um regime democrático. E numa revolução como esta há sempre riscos. Perigos que resultam do facto de subsistirem certas estruturas repressivas do anterior regime, de haver infiltrações de agentes do imperialismo, etc. Mas o perigo maior neste momento, poderá vir de situações de caos e de estrangulamento económico que proporcionariam a actuação dos agentes das forças reacçãoárias, e poderiam levar vastas camadas da população a descrever a revolução».

«As reivindicações dos trabalhadores no sentido de melhorarem a situação a que o fascismo os reduziu são perfeitamente justas. Mas na actual situação da economia portuguesa, levar demasiado longe as reivindicações e as formas de luta da classe operária traz perigos sérios. A maturidade política da classe operária fez-lhe no entanto compreender que os seus interesses passam pela democracia e que hoje a tarefa fundamental é defender a democracia para defender a classe operária e os seus interesses».

«A classe operária entendeu as manobras dos reacçãoários; percebeu que muitas greves estavam a ser fomentadas pelos próprios patrões que sempre os exploraram e estão interessados no regresso às condições que permitam essa exploração. Compreendeu que, ao contrário do que propalam os esquerdistas, não é através duma situação de caos económico que se chega ao socialismo».

«Nós, comunistas, sabemos que, neste momento histórico, do caos económico e político só pode resultar o regresso do fascismo».

# ENTREVISTA COM O MAJOR VITOR RODRIGUES ALVES

O major Victor Manuel Rodrigues Alves, que acompanhou o general Carlos Galvão de Melo, membro da Junta de Salvação Nacional de Portugal, na sua recente visita ao Brasil, é um capitão, da assim chamada revolução dos capitães, que pôs fim ao regime salazarista. Com 38 anos de idade e 19 de Exército, ex-combatente em Angola e Moçambique, ex-instrutor da Academia Militar, ele é hoje membro do Conselho de Estado, órgão importante na actual estrutura de poder de Portugal: uma espécie de substituto temporário do Poder Legislativo, encarregado de fiscalizar o funcionamento da Junta e onde muitos identificam a presença do grupo de oficiais de médio escalão do Exército português, que se constituiu na espinha dorsal do movimento de redemocratização. Por isso, e porque ele estava no Estado-Maior do Exército quando se deu a sublevação de 25 de abril, os comentários feitos sobre a sua presença no Brasil em geral incluíam a observação: «Ele é que é o quente».

Sentado no salão de café do Hotel Hilton, em São Paulo, o major Victor Alves não ostentava nem a pose dos poderosos, nem a timidez do trouper que a sua história revela. Parecia um intelectual muito magro, de cavanhaque preto e olhar tranqüilo, a responder com serenidade e segurança questões sobre a actual situação do seu país.

**Pergunta** — Como se deu, na sua opinião, o processo de tomada de consciência de uma importante parcela do Exército português, que afinal, resolveu devolver o país à democracia?

**Resposta** — Estou convencido de que isso está profundamente relacionado com a guerra em África. Houve um processo de humanização, a formação de uma consciência nacional provocada pelo contato com as populações dos territórios africanos e pelo contato com os próprios indivíduos com os quais combatíamos.

**P.** — O senhor não acredita que essa consciência tenha penetrado a instituição militar mais em virtude dos jogos que a guerra tomou? Ou seja, que teria sido diferente se a campanha das forças portuguesas fosse vitoriosa?

**R.** — Como já disse o nosso Presidente, general Spínola, numa guerra como essa não há possibilidade

de vitória. Quando se inicia, já se está de antemão derrotado. Não vejo, portanto, a hipótese de ter sido diferente.

**P.** — Em que momento a tomada de consciência de que o senhor fala levou os militares à atitude política de intervir para restaurar a democracia?

**R.** — No momento em que os militares se convenceram de que estavam num caminho que não convinha ao povo português, tinham, por força dessa consciência, que tomar a atitude de intervir.

**P.** — Como se deu, no seu caso pessoal, esse processo?

**R.** — Eu a princípio dava-me a mim mesmo uma razão para cumprir o meu papel: evitar que se processasse nos territórios africanos o que aconteceu a outras nações do continente. Achava que tínhamos a obrigação de promover as populações dos territórios. Desde a minha primeira missão, porém, comecei a verificar que não havia nenhuma relação entre a guerra e a promoção das populações. Ia para lá um comandante, e interessava-se por isso. Em seguida ia um substituto e deixava tudo a perder, não fazia mais nada. Foi também sofrendo esse processo de humanização através dos contatos locais. A partir disso tornou-se difícil responder a questão íntima de por que eu estava ali, que papel estava cumprindo. Havia também uma consciência coletiva. Há muitos anos que nas conversas e discussões que tínhamos entre nós, todos os colegas praticamente concordávamos quanto ao fato de que como estavam as coisas não caminhavam, de que com aquele regime não havia solução possível.

**P.** — Depois de realizado o movimento de 25 de abril, iniciou-se uma certa onda de alarmismo com relação ao que poderia vir a acontecer em Portugal. Principalmente notícias a respeito das greves, em especial as que ocorreram no fim de maio, sugeriam um clima de desassossego que estaria perturbando e confundindo os responsáveis pelo movimento. O que o senhor tem a dizer a respeito dessas greves?

**R.** — As greves são uma seqüência normal do processo. Havia razões, mais que muitas, para que os trabalhadores reivindicassem: a economia estagnada,

a renda não distribuída, o poderio dos monopólios. O poder nas mãos de poucos, e o dever nas mãos de muitos. Tudo isso eram razões para o surgimento de reivindicações de base. Há correntes políticas que estão trabalhando no interesse dos trabalhadores e portanto do povo português. Mas há grupos sem penetração na massa e também sem experiência, que estão ansiosos em busca de prestígio. Isso confunde as coisas. Tanto mais que os sindicatos estavam na mão de gente do antigo regime, dirigentes sindicais nomeados que aproveitaram a atividade dos grupos de pouca penetração para aumentar a confusão.

Houve outras greves, que greves não foram, mas sim casos de lock-out (paralisação de atividade promovida pelos empregadores). Perdida a arma da força, restava aos partidários do antigo regime a arma económica. As greves em Portugal devem ser vistas muito sob este aspecto. Há pelo menos dois casos, que tiveram uma repercussão deturpada, em que a explicação só pode ser o lock-out, a paralização dos carros e a das padarias.

**P.** — Quando o senhor fala em correntes políticas que estão trabalhando pelos trabalhadores, o senhor se refere às correntes que participam do governo provisório?

**R.** — Sim.

**P.** — Mas a composição desse governo, especialmente a participação nele do Partido Comunista Português, tem sido frequentemente criticada. O senhor acha que a presença de um membro do PC no ministério é uma contradição?

**R.** — A posição das Forças Armadas é bem explícita nesse aspecto. Todas as correntes que queiram lutar pela implantação da democracia em Portugal estão dentro das regras do jogo. O Partido Comunista Português comprometeu-se a lutar pela implantação da democracia; está portanto dentro das regras do jogo. A tolce seria exactamente o inverso: deixar o PC — que é o partido mais organizado — de fora, na oposição. De resto, já lá vão dois meses e não há razão para queixa. As Forças Armadas apoiam integralmente o governo provisório. Elas mesmas o escolheram.

**P.** — Já que o senhor tocou no ponto da participação política das Forças Armadas ou seja, na escolha do governo como se vai dar a retirada dos militares do cenário político?

**R.** — Isso está previsto na Constituição. Será assim que houver uma Assembleia eleita livre e democraticamente. Os militares não serão impedidos de participar da vida política. Poderão passar para a reserva. Mas o organismo militar, como instituição, não terá mais nenhuma participação. (Dirceu Brisola, in «Opinião», São Paulo, 24 de junho de 1974).

# BURCHETT CRITICA «MAOISTAS» LISBOETAS

Na sua edição de 3 de junho, o «Diário de Lisboa» publicou uma longa entrevista com Wilfred Burchett, na qual o grande jornalista australiano considerado o maior especialista mundial em assuntos do Sudeste Asiático emitiu sua opinião sobre aspectos fundamentais do processo revolucionário português e sobre o papel negativo que nele desempenham grupelhos ultra-esquerdistas, instrumentalizados pela direita. Transcrevemos abaixo as principais perguntas e respostas dessa entrevista que teve imensa repercussão em todo o País.

**DL** — Que pensam os estrangeiros sobre o que se está a passar aqui?

**B** — Os progressistas estão um tanto confundidos. Uma pergunta que surge muitas vezes é esta: como acreditar que as Forças Armadas de um país dêem um golpe progressista? Contudo, quando transmiti as minhas impressões a Nguyen Van Thieu, veterano da FNL (Vietcong) do Vietnã do Sul, ministro do Governo Revolucionário Provisório e chefe da missão de negociações do seu país em Paris, ele disse-me: «É magnífico. Se esta solidariedade entre entre as Forças Armadas e o Povo puder ser consolidada, a restauração fascista é impossível. O fundamental é consolidar esta solidariedade. Um golpe de capitães! Que acontecimento singular! Que perspectivas vem abrir — até mesmo no Vietnã do Sul!»

A primeira reação de muitas pessoas foi esta: «Demasiado bom para ser verdade! Lembrem-se do Chile! Atenção ao regresso do fascismo!» Mas, uma vez conhecida a composição do Governo Provisório, estes receios passaram a manifestar-se com muito menos frequência.

Em Londres, depois da minha segunda visita, verifiquei que as pessoas que se interessam por política seguem com ansiosa atenção cada passo das conversações, a fim de detectarem a atitude do Novo Portugal para com os territórios africanos. Para muitos, estes será o teste-chave para avaliar se terá havido ou não uma mudança fundamental.

**DL** — E o que pensa a esse respeito?

**B** — Concordo com o meu amigo vietnamita, um homem cheio de experiência. Também entendo que a questão crucial está na consolidação das conquistas já alcançadas — o derrube do fascismo, as relações fraternais entre as Forças Armadas e o Povo e o ressurgimento da democracia política. Acho que estas conquistas estão a ser consolidadas e que um regresso do fascismo é praticamente impossível.

Um segundo ponto a assinalar diz respeito aos territórios africanos: acho que a mudança de atitude para com esses territórios vai muito além da simples cessação dos combates. Não é de surpreender que seja necessário um certo tempo para se conseguir um acordo sobre esta questão nos vários níveis de decisão governamental. O golpe data apenas de há cinco semanas; o Governo Provisório, de há muito menos tempo; e a ideia da independência total dos territórios africanos é ainda mais recente para muitas pessoas. É claro que há necessidade de repensar tudo.

ca, com tudo o que isso implica, e com uma declaração de intenções dos novos governantes. Agora que o período de euforia terminou, os excessos de agitação social serão travados.

**A EXTREMA-ESQUERDA AO SERVIÇO DA EXTREMA-DIREITA**

**DL** — Acha que tem havido excessos na agitação social?

**B** — Acho que sim. Em parte compreende-se que assim tenha acontecido. As pessoas querem corrigir em poucas semanas as sequelas e injustiças acumuladas por quase meio século de fascismo. Isto é obviamente impossível. Por exemplo, alguns dos que a si próprios se chamam (ou são chamados por outros) «maoístas», estão a comportar-se da maneira mais sectária e «não-maoista». De facto, Mao foi um mestre nas táticas da frente unida e, se há coisa em que ele mais insistia é precisamente na necessidade de escolher correctamente as prioridades. De acordo com os seus ensinamentos, deve analisar-se cada situação e descobrir as contradições principais, indo depois às contradições secundárias, numa tentativa de as resolver pela devida ordem. Há que fincar os pés na realidade, ter em conta as relações de força, e assim por diante. «O poder nasce da ponta das espingardas» — é uma das afirmações mais citadas. De onde o poder não nasce com certeza é da boca dos demagogos. No Primeiro de Maio flores nasceram da ponta das espingardas, o que considerei um símbolo de que não voltaria a virar-se contra o Povo. E evidente que a tática a pôr em prática deverá fazer tudo para reforçar esta preciosa conquista, para consolidar a aliança das que têm as espingardas com a frente mais ampla possível de elementos progressistas do país. Na minha opinião, Mao Tsing Tung e Fidel de Castro, por exemplo, condenariam como provocadores os promotores da manifestação a propósito do capitão Peralta. Os ultra-esquerdistas, que promoveram um ataque ao Ministério chinês dos Negócios Estrangeiros e que saquearam a Embaixada britânica no auge da Revolução Cultural, por exemplo, foram severamente condenados e punidos pelas autoridades chinesas.

A extrema-direita parece, de momento, paralisaada, pelo que toca a qualquer oposição aberta ao novo regime. Mas pode proceder a actos de sabotagem, duplicando ou triplicando os salários, como tenho ouvido dizer que aconteceu em certos casos, a fim de promover o «economismo» sob a forma de pretensões salariais exageradas, susceptíveis de satisfazerem interesses parciais em detrimento dos interesses gerais do povo. Trata-se de uma forma clássica de actividade contra-revolucionária, a qual visa fomentar o descontentamento e a desunião. E todas as acções que tiverem como resultado objetivo levar as Forças Armadas a entrar em choque com o povo farão a extrema-direita esfregar as mãos de contente. Pode dar-se ao luxo de se manter num plano muito discreto enquanto a ultra-esquerda estiver a trabalhar para ela.

Parece-me que todas as actividades tendentes a destruir a unidade entre o povo e as Forças Armadas, que tiveram o mérito inestimável de derrubar o regime fascista, se situam tão «à esquerda» que se tornam idênticas às da extrema-direita.

Costuma dizer-se que «as árvores não deixam ver a floresta». O mesmo é dizer que devemos saber escolher as prioridades. Há mais de trinta anos que observo as lutas revolucionárias e anti-imperialistas em países asiáticos — China, Coréia, Vietnã, Laos e Camboja. O êxito dessas lutas depende à unidade de todas as forças que podem aliar-se, partindo de certos princípios claros, e de uma apreciação objectiva da relação de forças, sabendo escolher as prioridades justas.

**DL** — Quanto tempo vai ficar em Portugal?

**B** — Voltarei de tempos a tempos para obter uma imagem clara da evolução da situação e para depois escrever algo de válido acerca da vossa experiência, a qual pode ser útil para outros povos que estão a lutar para se libertarem de regimes opressivos.

## LICÇÕES DO 10 DE JUNHO

O dia 10 de junho foi este ano no Brasil, para os portugueses, um dia diferente. Pela primeira vez em muitas décadas não se ouviram na embaixada e nos consulados de Portugal palavras de exaltação do fascismo. Pela primeira vez desde 1959 os democratas portugueses radicados em São Paulo e no Rio de Janeiro foram convidados para as recepções comemorativas do Dia de Camões. Portugal ressuscitou e os representantes diplomáticos não poderiam agir de outro modo.

Em São Paulo, o consul geral chamou a atenção para as mudanças verificadas no país, elogiou as Forças Armadas, congratulou-se pela volta à democracia.

Mas as sequelas de 48 anos de fascismo são tão profundas que não poderiam deixar de ficar evidentes. É um fato que portugueses de todas as tendências ideológicas estavam reunidos na Casa de Portugal. Mas o consul cometeu um erro, ao salientar, euforicamente, que não havia exceções. Em Portugal há exceções. Os fascistas não participam de festas como a do 10 de junho. Não são convidados para reuniões de confraternização patriótica, não são admitidos nelas. Uns estão presos, para responder pelos crimes cometidos, outros conspiram em liberdade, outros fugiram para o Exterior. Mas não têm acesso ao convívio de pessoas decentes.

Somos contra a vingança. Reconhecemos que no Brasil há entre a colônia muitos portugueses honestos que acreditavam ingenuamente na boa fé de Salazar e Caetano. Identificavam o governo com a Pátria. Esses homens não são inimigos, não devem ser tratados como tal. São portugueses sem formação política, mas tão patriotas como quaisquer outros. Importa agora esclarecê-los, explicar-lhes o que significou para Portugal a tragédia do fascismo, levar até eles a nova imagem de um país democrático. Nesse sentido a embaixada e os consulados portugueses têm um papel insubstituível a desempenhar. E para que o possam levar a bom termo, o Ministério dos Negócios Estrangeiros deverá estudar, caso por caso, o curriculum dos funcionários diplomáticos que representam hoje Portugal no Brasil. Não faz sentido por exemplo, que um vice-consul fascista permaneça ainda em São Paulo. É um insulto às Forças Armadas e ao povo democrático de Portugal.

Não faz sentido também que universitários brasileiros que sempre fizeram a apologia servil do fascismo e do colonialismo, calunhando e injuriando os portugueses que neste país se batiam pela democracia, tenham sido convidados para a festa do 10 de junho. Houve democratas brasileiros, e entre eles figuras eminentes da Universidade de São Paulo, que se retiraram chocados. Comparemos pela primeira vez em muitos anos à Casa de Portugal. E encontraram ali elementos do «lobby» que em São Paulo propagandeava as teses de Caetano & Salazar. Como explicar, por exemplo, a presença do prof. Manuel Nunes Dias, adepto incondicional do regime derrubado e defensor entusiástico do colonialismo?

Repetimos: deve haver exceções em festas como a do 10 de junho. Os democratas não confraternizam com fascistas.

## ESCLARECIMENTO DE AGOSTINHO NETO

**LUANDA, 20.** — «Nós estamos a fazer uma guerra pela libertação de Angola e os angolanos são aqueles, brancos, pretos ou mestiços, que acreditam realmente no nosso povo, querem colaborar com o nosso povo, que estão dispostos a construir a nação angolana» — afirmou hoje o dr. Agostinho Neto numa entrevista radiodifundida pela emissora de Brazzaville «Voz da Revolução Congoleza», no programa de propaganda do M.P.L.A., captada nesta cidade.

O presidente do M.P.L.A. asseverou que, tanto na frente norte como na frente leste, continuaria o combate, «até que se reconheça o direito do nosso povo à independência».

«So pela independência» — prosseguiu — chegaremos a uma solução de definir a independência do neocolonialismo, em que não sejamos, portanto, submetidos a uma mesma exploração e à mesma situação colonial.

Nós, por exemplo, na questão que muitas vezes nos é posta por jornalistas e através das agências de imprensa, etc. de saber como é que a população europeia, população branca, será tratada em Angola, posso desde já dizer, embora isso seja um ponto que trataremos na alocução que faremos brevemente, que não distinguimos a população europeia: há os portugueses e há os angolanos. Não podemos acreditar que todos aqueles que pegaram em armas contra nós ou que sempre se proclamaram como portugueses, venham à última hora reclamar a nacionalidade angolana.

Uma coisa é a coexistência das duas comunidades, outra coisa é a coexistência de duas comunidades. Outra coisa ainda é considerar-se algum nacional ou não nacional do país. (Do «Diário de Notícias», Lisboa 21 de junho)

**DR. EDISON RODRIGUES-CHAVES**  
Advocacia cível e comercial

Inventários, partilhas e arrolamentos — Desquites e anulação de casamento — Naturalizações — Protestos e cancelamento de protestos — Contractos, renovação de contratos e ações de despejo — Falências e concordatas.

R. Boa Vista, 84, 7.º andar, salas 701 a 704 — telefone 34-7064  
S. PAULO

# PROVOCAÇÕES DA DIREITA DESPEDIMENTOS EM MASSA NOS TEXTEIS E LANIFICIOS

Das Direcções e Comissões Directivas dos Sindicatos Têxteis-Lanifícios de Lisboa, Lanifícios de Castanheira de Pera, Porto e Gouveia, Costureiras e Alfaiates de Lisboa e Textéis de Braga recebemos um documento relativo a casos de despedimentos em massa e encerramentos de fábricas, principalmente estrangeiras, desde que a notícia do salário mínimo nacional de 130000 foi anunciado pelo Governo.

O documento refere que, «no sector do vestuário, entre despedimentos e encerramentos há 500 pessoas sem trabalho, na zona de Lisboa e regiões vizinhas».

Nome de algumas fábricas, que concorreram para este caos: Charminha, Sagental, Camisaria Romano, Candinha, Gracinha Flores, Latríque, Lara, Regeno Lorde, Primável, Carmem Mola, Lavanderia Lavageito, Rejojo, etc. Neste sector, na zona do Porto, há 300 despedimentos e na zona de Braga 200.

No sector dos textéis, em Braga, Barcelos, Famacão, Guilmarães e Paços de Ferreira há várias centenas de trabalha-

dores despedidos e há ameaças de despedimentos de muitos mais.

Por outro lado, mais de duas dezenas de empresas pretendem passar a trabalhar em regime de 4 dias semanais, ao mesmo tempo que muitas outras ameaçam encerrar totalmente.

No sector dos lanifícios, há já centenas de trabalhadores despedidos em Castanheira de Pera, em Cebolais de Cima, na Covilhã, e outros centros industriais.

Enquanto isto muitos trabalhadores temem o encerramento das fábricas em que trabalham, como é o caso da fábrica António Alves em Torres Novas.

No sector das malhas, os despedimentos e encerramentos multiplicam-se. Só em Minde, pequena localidade do distrito de Santarém, parece haver já cerca de 500 trabalhadores despedidos.

Em Fafe as Confeccões Artex, e Estamparia Gervásio Almeida, despediram cada uma cerca de uma dezena de operários.

Outras fábricas, do sector do vestuário, não despediram mas reduzem o trabalho para 4 dias, baseados numa lei injusta (que tem de ser abolida) que evidentemente é contra os nossos interesses, uma vez que se o salário de 48 horas mal nos dá para comer, com o salário de 32 horas passamos realmente fome.

Nem só nestes sectores há despedimentos: os metalurgicos em todo o País, os motoristas de praça e os operários da industria de calçado, têm também sofrido na sua carne as consequências de um sistema injusto de exploração do homem pelo homem.

Depois de chamarem a atenção para as consequências graves de tais situações, propõem a todos os interessados nos referidos sectores, as seguintes acções: «assegurar a imediata informação dos despedimentos ou das ameaças de despedimento ao Sindicato, combatendo assim o isolamento entre nós; recusa de todas as horas extraordinárias; recusa de aceitação dos despedimentos; a divulgação dos problemas que nos afligem».

No caso das empresas de capital estrangeiro, divulgar as lutas, na imprensa dos respectivos países, obtendo a solidariedade dos trabalhadores do país de origem da fábrica e solidariedade dos sindicatos desse país.

(Do «Diário de Notícias», 21 de junho)

# OS TRIBUNAIS PLENARIOS ERAM CUMPLICES DA PIDE

O governo fascista através do seu Ministério da «Justiça» procurava fazer crer que em Portugal reinava o direito. Ora o que acontecia é que nos tribunais se prolongava a politica fascista de opressão. Nos Tribunais Plenários as sentenças estavam pré-estabelecidas; cada julgamento era uma farsa que denunciava a descarada cumplicidade dessa instância jurídica com a PIDE/DGS cujos métodos repugnantes o Plenário se encarregava de encobrir.

Por exemplo:

Em 22 de Fevereiro de 1972 foi julgado, no Tribunal Plenário de Lisboa, António Joaquim Gervásio, operário agricola, membro do Comité Central do Partido Comunista Português. Apesar de António Gervásio ter sido submetido à tortura do sono durante 17 dias e 17 noites, os quesitos sobre torturas não figuravam no processo, alegando o juiz não haver provas de que fora torturado. António Gervásio, que, segundo os próprios agentes da PIDE que testemunharam os seus interrogatórios em substituição do advogado, se recusara a responder a todas as perguntas, foi condenado a 11 anos e 8 meses de prisão maior e medidas de segurança.

Das suas alegações no tribunal, que constituem um importante documento de denúncia do fascismo, transcrevemos as passagens mais importantes.

No processo politico que os acusadores me movem há diversos pontos que é necessário esclarecer e outros que é necessário refutar.

1.º ponto — Em primeiro lugar, importa sublinhar firmemente que, entre a policia, me recusei a fazer declarações sobre a minha actividade politica e asinar qualquer documento.

Por consequência, as acusações que me fazem (segundo o Despacho de Pronúncia) de ser «responsável» por este ou aquele organismo, ter actuado neste ou naquele sector, ter tido esta ou aquela tarefa, ter usado este ou aquele pseudónimo, etc., etc., não passam de suposições, cálculos, invenções ou de falsas declarações de outros presos, arrancadas, ilegalmente, na ausência dos seus advogados, e por processos violentos. Tudo isto com vista a compor o ramalhete, a fazer empolar o processo para uma pena pesada.

Se não há elementos fundamentados em declarações minhas, os acusadores têm necessidade de forjar um processo de qualquer maneira com vista, repito, a uma pena severa. No meu caso concreto estamos, efectivamente perante essa realidade.

Ante este tribunal mantenho precisamente a mesma posição de não prestar esclarecimentos sobre pormenores da minha actividade politica ou da vida interna do Partido.

Em matéria de identificação sou considerado «sem profissão». Ora isto é absolutamente falso e colocado de forma vexatória, pois, eu tenho uma profissão bem definida — sou operário agricola. Depois de ter ingressado nos quadros clandestinos, passei a ser funcionário do Partido Comunista Português. Dizer o contrario é falsear a verdade.

## A TORTURA DO SONO

2.º ponto — As torturas fisicas. — Nesta minha terceira prisão não fui submetido aos célebres espancamentos nem aos grosseiros insultos como na segunda prisão. Não fui tratado por senhor, o que estranhei, evidentemente!

Porém, em contrapartida, fui sujeito à cruel tortura do sono. Começou no dia 31-7, às tarde, e foi até 17-8, à noite, dormindo apenas, 7-8 horas na noite de 16 para 17. Portanto, 18 dias nesta tortura, 17 dos quais seguidos, ou seja, mais de 400 horas seguidas impedindo de dormir!

A tortura do sono transforma o preso num semilouco e num semicadáver, estados que se vão agravando, gradualmente, com o passar dos dias. Importa descrever alguns aspectos desta criminosa tortura aplicada contra os presos politicos em Portugal, país dos chamados «brandos costumes».

Passados alguns dias o preso começa a ter a sensação de uma cabeça muito grande, vazia e fria. Começa a crescer um grande mal-estar geral, um estado de agonia doloroso. As forças fisicas vão-se esgotando pouco a pouco. As terríveis crises de sono vão surgindo cada vez com mais frequência.

Aparecem as dolorosas alucinações, visuais e auditivas. Elas são cada vez mais intensas com o passar dos dias e noites. O preso tem a sensação de que «vê» cobras, ratos, aranhas, centopeias e outros bichos à sua volta, ou a «subirem» por si. «Vê» as coisas mais esquisitas. Os objectos «mudam» de cor e «aumentam» de volume. O preso tem a sensação de que o solo, as paredes, as coisas se movimentam à sua volta. Tem a sensação de que «ouve» gritos e gemidos de familiares e de pessoas amigas. E necessário corajagem e ter um forte auto-domínio para resistir aos efeitos desta bárbara tortura.

O estado de semiloucura, as alucinações, as crises de sono, o esgotamento fisico, etc., levam o preso, frequentes vezes, a perder a noção do lugar onde se encontra. Tem a sensação de que está num recinto ou num lugar estranho, mas sem saber sair dele. Tenta subir pelas paredes, abrir as portas ou perguntar aos agentes como sair dali.

Tal o estado em que se encontra o preso!

Quando as forças do preso estão já no fim, ele bate constantemente com a cabeça nas paredes. Se está sentado, cai bruscamente desamparado no chão. Se está de pé ou passeia sucede-lhe o mesmo. Estas quedas bruscas e violentas tornam-se cada vez mais constantes e com a sensação de que o coração quer saltar pela boca. Apesar deste «espectáculo» causar um sofrimento atroz, ele não obriga a falar os verdadeiros comunistas nem outros antifascistas honrados.

Os agentes, para não deixarem dormir o preso e arrasar mais depressa o seu sistema nervoso, organizam uma orquestra de ruídos, com pancadas nas portas, nas paredes, no solo, com objectos em cima da mesa, gritos, etc., um barulho infernal que se reproduz na cabeça da vítima como fortes marteladas.

Mas a tortura do sono não é somente isto: quando o preso está já sem forças e transformado num frangalho inconcebível, os agentes vazam-lhe água fria pela cabeça e pelo corpo, enchando-o completamente. E neste estado de semiloucura e de semicadáver que a vítima cai no chão como morto, deixando de ouvir os gritos dos agentes; deixando de sentir a água pelo corpo, os pontapés, as pisadelas, os puxões de orelhas e de cabelo, as sovinadas com as pontas dos dedos das mãos nas partes mais sensíveis do corpo, as bofetadas, etc. Foi tudo isto que precisamente me sucedeu.

A tortura do sono é particularmente cruel e refinada. Ela deixa marcas profundas na saúde dos presos por muitos anos e, em alguns casos, talvez para toda a sua vida. Ficam os esquecimentos, os insónias, as instabilidades, a perda de capacidade intelectual, as neuroses e outras manifestações de desequilíbrio psiquico.

Os governantes afirmam ante a opinião publica do País e Internacional de que não existem torturas contra os presos e até afirmam que não há presos politicos em Portugal (!!!) Ainda por meados de Junho passado, o Prof. Marcello Caetano afirmou a um jornalista sueco que os comunistas, à falta de pior, chamam tortura a interrogatórios de 3 ou 4 horas (!!!)

Ora bem: a cruel tortura a que fui sujeito e acabo de descrever (isto para não falar em centenas e centenas de outros casos) é o desmentido mais concludente das afirmações dos governantes portugueses.

Os interrogatórios, na sua quase totalidade, não são apenas umas 3 ou 4 horas! Eles estendem-se por longos dias e noites (atingindo, às vezes, 17 e mais dias seguidos) acompanhados da tortura do sono, de espancamentos e outras torturas. Pois, se em Portugal existe uma ditadura fascista, se as liberdades democraticas foram destruidas; se existe uma policia com todos os poderes, se existe a luta organizada das forças da Oposição contra o fascismo, em tais condições, afirmar que não há torturas contra os presos politicos é estar a brincar com a verdade, é estar a insultar a opinião publica nacional e internacional.

Que as forças antifascistas combatentes em Portugal, apoiadas nas amplas massas populares, desenvolvam a sua luta organizada pela abdicção de todas as torturas contra os presos politicos. Que as organizações democraticas internacionais denunciem as torturas da policia politica e obriguem o governo português a cumprir a Declaração Universal dos Direitos do Homem, que assinou mas que não cumpre.

## COMO FILHO DO POVO

3.º ponto — Sou acusado de ser membro do Comité Central. Sim, é verdade. Como filho do povo trabalhador sinto honra em pertencer ao Comité central do Partido da Classe Operária.

Como funcionário do Partido, todas as minhas forças e sacrificios têm sido consagrados à luta popular de massas,

tanto no terreno das reivindicações economicas-sociais, como no campo da luta politica pela instauração da Liberdade, da Democracia e do Socialismo em Portugal. Toda a minha vida de militante comunista tem sido consagrada à luta em defesa dos direitos e interesses vitais dos trabalhadores, por uma vida mais feliz e próspera para o nosso povo.

Podéis acusar-me de ter dedicado grande parte da minha vida à defesa dos interesses da classe a que directamente pertença — o proletariado agricola do sul. Podéis acusar-me de ter ajudado os assalariados agricolas do sul a organizarem-se na luta contra a miséria, contra o flagelo do desemprego, contra os salários de fome, contra a exploração desumana dos grandes senhores da terra; a lutarem organizados por uma vida melhor e mais digna. Podéis acusar-me de ter ajudado a organizar e ter participado no historico movimento de massas de Maio de 1962 que, abarcando cerca de 200 mil trabalhadores, impôs, pela primeira vez na História do nosso País, o horário das 8 horas de trabalho no campo.

Pergunto: o que há, na verdade, de «ilegal» ou de «subversivo» na minha actividade em defesa dos direitos e interesses da classe operária, dos trabalhadores e do povo em geral, por uma vida melhor e pela liberdade?

Sou também acusado de em 4 de Dezembro de 1961 ter-me evadido da cadeia de Caixas. Sim, é verdade, e não fui somente eu: fomos oito, num grupo.

A fuga de quatro de Dezembro não foi somente um acontecimento extraordinário para aqueles que conseguiram furar o cerco das metralhadoras, as grades das massorras e alcançar a liberdade. Foi-o igualmente para o povo português que acolheu com imensa alegria esse grande acontecimento.

Pergunto: o que há de «subversivo» ou de desumano nesta fuga? Não cometeti qualquer acto contra o nosso povo. A única causa objectiva e real reside exactamente na ausência das liberdades democraticas, na existência do fascismo em Portugal. «Sobre os comunistas portugueses pesam as mais duras penas e as célebres «medidas de segurança». Nunca sabemos quando chegará o nosso dia da liberdade. Os verdadeiros militantes comunistas estão estreitamente ligados à classe operária, aos interesses do Povo e à Causa da Liberdade. Daí o carácter profundamente humano e justo dessa fuga, assim como a histórica fuga de Peniche (3-1-60) e diversas outras que têm tido lugar ao longo da história do Partido.

Se porventura os acusadores vão agravar a minha pena pela facto da fuga, isso será mais um acto de injustiça contra os Direitos do Homem.

## A CONQUISTA DA LIBERDADE

O Problema politico fundamental do nosso País é a mudança do regime. A conquista da liberdade politica e a instauração da Democracia em Portugal, tornou-se o sentimento mais profundo do nosso Povo. Quando Salazar desapareceu da cena politica gerou-se entre milhares de portugueses uma grande esperança: — a esperança de uma abertura democratica para o problema politico português, a perspectiva de Portugal poder marchar rumo à Liberdade, à Democracia, ao Progresso e à Independência Nacional.

Porém, que nova perspectiva trouxe o governo de Marcello Caetano?

Vejamos. — A despeito de toda a sua politica «liberalizante» e de grandes promessas, continua a negação das liberdades democraticas e a politica de repressão violenta contra os trabalhadores e contra as forças da Oposição, em geral. A classe operária continua privada das liberdades sindicais e de se poder organizar livremente nos seus sindicatos.

As eleições não passam de uma farsa para inglês ver. O povo português está impedido de poder escolher e eleger os seus legitimos representantes (e aí da ditadura se um dia cedesse eleições livres!) As leis, todos os órgãos do aparelho de Estado são instrumentos ao serviço dos monopólios e dos latifundiários.

— Continua a PIDE (agora com novo nome — D.G.S.) com todos os poderes. Continuum as torturas aos presos politicos, as pesadas condenações, as cadeias com numerosos presos. Além da PIDE-DGS, a GNR, a LP, etc., são forças repressivas treinadas e voltadas para a repressão contra a luta do povo português. Continua a rigorosa censura. As forças da opposição estão impedidas de se organizarem legalmente.

— Continua a politica dos superlucros para os monopólios e enriquecimento da burguesia monopolista, politica voltada contra os interesses vitais

# PEQUENAS NOTICIAS

Depois de quase 50 anos de total ausência das liberdades sindicais os trabalhadores portugueses organizam um forte movimento sindical unificado à escala nacional, transformando-se na principal base da sua força.

Num Encontro Nacional da Juventude Trabalhadora, realizado em Lisboa, um dos oradores referindo-se ao problema dos desertores e refractários, enfatizou que esses jovens são necessários à construção do Portugal democrático pelo qual o povo se empenha a lutar. Segundo o mesmo orador, «a participação na democratização da vida portuguesa tem hoje lugar não só nas ruas, nos campos, nas escolas, em todos os locais de trabalho e da vida da comunidade, mas também, com alta importância, em todos os ramos das Forças Armadas».

No dia 9 do corrente faz 29 anos que num posto da GNR, em Montealegre-Novo, foi bárbaramente assassinado pelos tenebrosos agentes da PIDE o democrata Germano Vidalga. Para recordá-lo e prestar homenagem à sua memória, realizou-se uma concentração na praça principal daquela localidade onde foi exigido um enquérito ao assassinato e a punição dos culpados.

O fascista Tenreiro, mais conhecido como o almirante do bacalhau, encontra-se preso no Forte da Tração, manobrando juntamente com a clique, a seu bel prazer, somas consideráveis que eram destinadas à construção de casas economicas para os pescadores. As casas, depois de construídas com fins demagógicos, eram entregues a pessoas que nada têm a ver com a faina da pesca, num total amontoado pelos direitos dos pescadores.

A imprensa portuguesa continua a publicar diariamente depoimentos de presos politicos sobre as torturas e espancamentos a que estiveram submetidos, e a exigir o processo dos crimes cometidos pela ex-PIDE/DGS.

Os trabalhadores agricolas de Vila Franca de Xira estão decididos a transformar a «Casa do Povo» em Sindicato, ao mesmo tempo estão preparando a criação da Liga dos Camponeses do Bistejo. Recentemente convocaram uma reunião com os lavradores e no dia 1 foi aprovada e assinada uma convenção de trabalho que estabelece um horário de 8 horas, pagamento de 50% para trabalho extra, actividade paga em 100% nos dias feriadros e domingos, transporte de ida e volta para o local de trabalho assim como nos fins de semana quando necessitam de se deslocar da Lezíria a Vila Franca a fim de fazerem as compras da semana. Pior ainda estabelecido que os salários seriam aumentados de 15% a 20%, comprometendo-se os lavradores a instalar casas desmontáveis para os trabalhadores rurais.

De Bruxelas, um grupo de democraticos all residentes, enviou ao Ministério dos Negócios Estrangeiros um protesto contra a manutenção, nos seus postos, de funcionários diplomaticos portugueses que ocupavam funções anteriormente a 25 de Abril.

Essa operação tão liberal por parte da diplomacia portuguesa não pode «ser aceite» com um mínimo de credibilidade pelos emigrantes se essas portas forem abertas por quem as tinha antes fechadas ou as tinha abertas para outras pessoas e informações. Um outro protesto do mesmo teor foi enviado de Paris ao ministro dos Negócios Estrangeiros assim como a outros três ministros de Estado.

# RECORDANDO DIÁLOGO DE PAZ VITOR RAMOS NA GUINÉ



25 de abril de 1974. Ciranda de esperança. Os vivos e os mortos deram-se as mãos. Presos, torturados, combatentes, exilados deram-se as mãos. Eram brancos, eram pretos, eram amarelos também. O mundo do pequenino girava no eixo da ciranda, ao compasso dos hinos, das canções, dos gemidos e dos sussurros.

E Portugal, pontinho perdido, crescia, crescia coberto de flores. Flores vermelhas, cravos rubros brotavam pelas avenidas, cobriam os canhões, esparramavam-se pelo ar.

E tu sorrias.

A esperança, que nunca foi esperança mas certeza forjada na luta, tornou-se realidade.

O fascismo, o salazarismo haviam caído. E um povo começava a ter direito de falar, o operário de lutar, o jovem de não morrer, o negro de ser independente.

E tu sorrias, e cantavas, companheiro amigo. Teus camaradas saíam da cadeia, chegavam de fora, levantavam-se do túmulo.

A ciranda aumentava, tua mão estendida esperava a chamada.

3 de Maio de 1974. E teu nome chegou. A chamada foi feita. E então teu corpo cobriu-se de flores vermelhas. Teu cérebro tingido de sangue tornou-se bandeira vermelha de Portugal libertado, da África massacrada, da América amordaçada.

Vitor, companheiro e amigo. Tu, Augusto Aragão, José Dias Coelho e tantos outros estarão sempre presentes, porque são o verdadeiro povo eleito. Povo, porque são milhares espalhados pelo mundo; eleitos, porque foram escolhidos para fazer a "longa história", a história da luta pela dignidade do homem.

DULCE HELENA ALVARES PESSOA RAMOS

Em Portugal, no Brasil, na França, o nosso querido companheiro Vitor Ramos foi recordado com saudade nas semanas posteriores à sua morte. Joaquim Barradas de Carvalho e Miguel Urbano Rodrigues prestaram-lhe comovida homenagem ao regressarem a Lisboa. Seu nome foi citado e aplaudido nos grandes comícios de maio e junho e durante a recepção oferecida pela Sociedade Portuguesa de Escritores aos intelectuais portugueses regressados do exílio.

No Brasil, no salão de Ato da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Assis houve também uma homenagem à memória do nosso companheiro, ex-professor daquele instituto de ensino superior de que foi um dos fundadores. Durante a sessão, o prof. Antonio Lázaro de Almeida Prado leu um poema da sua autoria intitulado «Saudação a Portugal e a Vitor Ramos». Seguidamente, o prof. Onosor Fonseca pronunciou as seguintes palavras:

«Fui, durante três anos, aluno do professor Vitor Ramos, nesta Faculdade, fundada com a sua colaboração e dignificada pelo seu talento, pelo seu saber, pelo seu idealismo, pela sua generosa grandeza. O nosso relacionamento professor-aluno, tão fecundo para mim, evoluiu, com o correr dos anos, para uma sólida amizade, cujos laços nem o tempo, nem a distância, jamais pôde afrouxar. Seleccionado, definitivamente, em 1967, quando em sua homenagem, del ao meu filho o nome de Vitor na secreta esperança de que ele viesse a ter ao menos algumas das qualidades desses homens exemplares. Conheci-o, pois, como professor e como amigo. E por conhecê-lo bem, admirei-o sempre, sem restrições. Eis porque, vindo a saber do seu falecimento à última hora, lancei-me, juntamente com o colega Alvaro Lorenzini, numa corrida desabalada de Assis a São Paulo, a fim de levar-lhe, ao nosso querido Vitor, o adeus derradeiro, pejado de cominação e saudade, adeus que não era só nosso, mas de todos os colegas e amigos desta Faculdade.

Em São Paulo vim a saber em que circunstâncias se deu o para nós irreparável desaparecimento. No dia 25 de abril, o ruir da ditadura em Portugal coincidiu com o 54.º aniversário de Vitor Ramos. E ele, numa alegria alvorçada dizia a todos: «Este foi o maior presente de aniversário da minha vida». Contou-nos Dulce Helena, sua esposa, a

mim e ao colega Alvaro, que ele já nem conseguia concentrar-se nos estudos: ia para seu escritório trabalhar, mas dali a pouco voltava para dizer a ela, entre eufórico e quase incrédulo: «Mas será que é verdade mesmo ou estou sonhando?». É fácil imaginar quão intensas eram suas emoções, ele que lutou durante tantos anos contra a ditadura salazarista, ele que esperou sem desesperar, durante esses angustiosos anos de perseguições e violências contra todo um povo!

Os estudantes da USP preparavam uma festa — Vinho e Fado — em homenagem aos democratas portugueses que não se renderam à ditadura, mas a ela sempre resistiram. Entre eles, Vitor Ramos. Na noite do dia 2 de maio, ele telefonava a um amigo a respeito dessa festa, quando, subitamente, se sentiu mal. Foi imediatamente hospitalizado, mas não resistiu. A festa não deixou de se realizar, pois um soldado que tombe, por valoroso e respeitado que seja, não impede a festa de uma vitória. Os estudantes transformaram-na em uma homenagem a Vitor Ramos. Assisti a essa comovedora manifestação. Muitos se referiram ao intelectual capaz, infatigável e honesto, que todos conhecemos, outros às suas qualidades humanas, quer como amigo, quer como esposo e pai. Entretanto, no momento em que alguém enumerava essas e outras virtudes de Vitor Ramos, um estudante não se contendo, acrescentou, gritando: o democrata, o lutador anti-fascista! e a assembleia o aplaudiu. Aplaudiu porque a homenagem que se lhe prestava endereçava-se mais precisamente a essa faceta de sua personalidade multiforme, rica; ao soldado da liberdade, ao lutador anti-salazarista, que caiu, de certo modo, vítima pela mais tenaz ditadura fascista que este século conheceu. No alvorecer da liberdade em Portugal, ele sucumbiu às intensas emoções dessa vitória longamente, ardorosamente esperada.

Vitor Ramos foi desses homens generosos e raros que, pelo seu entranhado amor à justiça e a liberdade — bens que só adquirem verdadeiro sentido no plano social —, dignificam a espécie humana e a redimem de tantas mazelas.

Era o depoimento que eu queria fazer, nesta homenagem que lhe prestamos nós aqui em Assis.

## Homenagem dos Estudantes em Campinas

Por iniciativa dos Diretórios Acadêmicos da UNICAMP e do Diretório Acadêmico da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Católica de Campinas, e tendo em vista os recentes acontecimentos políticos em Portugal, realizou-se no último dia 9 na Casa do Estudante daquela cidade, um ato público de solidariedade e homenagem aos exilados políticos portugueses no Brasil. Estiveram presentes ao ato numerosos alunos e professores da PUC e da Unicamp. Os trabalhos foram iniciados pelos próprios estudantes que em forma de jogral declamaram a letra da conhecida composição de Chico Buarque, «Apesar de Você», intercalando-a, de forma sugestiva, com o relato dos acontecimentos que a partir do dia 25 de abril, após a deposição do governo fascista português, estão sucedendo em Portugal. O prof. Adalberto Paranhos orientou os trabalhos presidindo o ato. O sociólogo Joaquim Quitério leu

uma mensagem da equipe do jornal «Portugal Democrático» em que salientou os principais aspectos que marcaram o salazarismo: a repressão, a violência, o obscurantismo, o atraso cultural e, finalmente, a guerra colonial, destacando, entre outros pontos, a condição de vida a que é submetido o exilado político e sua luta incessante contra o regime a que se opõe, apesar da distância e de todos os problemas com que se defronta. Observou, também, a importância de não se confundir o papel do soldado e da oficialidade jovens portugueses a quem se deve o sucesso do movimento das Forças Armadas com a canalha fascista que dirigia o país até 25 de abril.

A seguir, como representante da Unidade Democrática Portuguesa, falou o pintor Fernando Lemos cujo discurso transcrevemos.

«Portugal mudou. Mudou porque o povo português cansou-se de ficar em

conserva quase meio século. Em cada família portuguesa, em média há pelo menos um emigrado ou um mutilado de guerra. Fome, humilhação, carencia generalizada e o papel, sentido na alma, de ser um animal, peçonhento e incomodo dentro da Europa vizinha. Dando os seus filhos para causas inferiores, como a guerra no continente africano. Vendendo-os para uma prestação de serviços em condições anímicas, a países onde o progresso chegou a um estado de sofisticação que não considerava mais esse trabalho como digno de seus habitantes natos».

O povo português mostra-nos tudo o que podemos esperar sempre de qualquer povo ainda que esteja amordaçado. Que o povo não se une por meio de promessas demagógicas ou de campanhas do tipo porque-me-ufano, mas sim que comparece e sem violências, quando lhe mostram que está livre a passagem para a verdade e que ele é em si próprio a promessa, o compromisso e a nação. Agora confirma-se que a violência quando acontece, não nasce do lado do povo, mesmo quando possa estar acossado. Ela é fomentada por quem está interessado em ter o povo como pretexto e lucro da repressão.

O povo português, apesar da sua inexperiência de liberdade (pois não é fácil usar de nenhum dos nossos membros em sua total disponibilidade após meio século de atrofiamento) tem hoje a grande satisfação de poder usar a língua portuguesa sem cortes, sem restrições e sem advertências. E terá que saber usar isso de modo a não justificar dúvidas. O povo português e os intelectuais portugueses sabem que esta mudança não é bastante para se poderem dizer felizes. Seria uma meia verdade. O povo português sabe que só terá sentido universal essa conquista, quando noutros lugares do mundo em que se usa a língua portuguesa, ela possa ser falada e escrita com a mesma liberdade que é hoje a de Portugal.

Uma coisa nós temos como certa, para responder aos prudentes e receosos que se indagam: será que isso vai manter-se? Não haverá o perigo de um contra golpe? O povo português sabe que o ponto desta mudança, demorado e de doloroso alcance, não é um ponto de chegada, mas sim um ponto de partida, que é grande desafio que o país faz a si mesmo depois de solto e de estar livre».

(Cont. na pág. 7)



Na gravura um aspecto da recepção feita aos presos políticos à saída do Forte de Caxias. Em primeiro plano, José Tengarrinha quando era abraçado pelo povo.



agência TRIÂNGULO de seguros s. a.

SEGUROS DE VIDA EM GRUPO E COLETIVOS DE ACIDENTES PESSOAIS

RUA BARÃO DE ITAPETININGA, 255 (GALERIA CALIFÓRNIA),

11.º andar, conj. 1 107

Telefones: — 32-4882 e 37-2774

SEGUROS DE INCÊNDIO SEGUROS EM GERAL

SÃO PAULO

Endereço Telegráfico: — "CAMBRONNE"

# OS TRIBUNAIS PLENARIOS ERAM...

(Concl. da pág. 5)

de todas as camadas laboriosas, contra os interesses nacionais. Continua a subida galopante do custo de vida, atingindo duramente as classes trabalhadoras e o povo, em geral.

- Continua a politica de alinhamento com os blocos militares e com os circuitos mais agressivos do imperialismo e da reacção internacionais (E.U., R.F.A., Inglaterra e os governos racistas da Africa do Sul e Rodésia).

Cada vez se faz sentir mais a dependencia de Portugal perante o imperialismo estrangeiro. Cada vez se faz sentir mais a penetração do grande capital estrangeiro na Economia Nacional, pilando as riquezas do País e a maioria criada pela classe operária. Em cada novo monopólio formado no País si pesa o capital estrangeiro.

- Continua a emigração maciça de portugueses para o estrangeiro, fugindo ao nível de vida mais baixo da Europa e à repressão politica. Segundo alguns dados, só nestes últimos 10 anos (1960-1970) emigraram para fora da sua Pátria de um milhão a milhão e meio de portugueses! A segunda capital de Portugal passou para a região de Paris!

O censo de 1960-1970, não só não acusa aumento de população mas regista uma diminuição! Caso único na História do nosso País nos últimos 50 anos! No vinte e dois distritos do Continente e Ilhas Adjacentes, apenas em cinco distritos (Aveiro, Braga, Lisboa, Porto e Setúbal) se verificaram alguns aumentos.

As verdadeiras causas desta emigração em massa residem na politica anti-povo e antinacional do governo português, na existencia do fascismo. Largas centenas de milhares de portugueses emigram para o estrangeiro, não só para fugirem ao desemprego, aos magros salários, a um nível de vida baixissimo, mas também à procura da Liberdade que não encontram na sua Pátria. O governo português não tem características populares, nem tão-pouco é uma «democracia» burguesa. Caracterizando o regime vigente em Portugal, o Programa do Partido Comunista Português diz: «O regime fascista é a ditadura terrorista dos monopólios, associados ao imperialismo estrangeiro e dos latifundiários».

## A GUERRA COLONIAL

- Continua a guerra colonial em Angola, Guiné e Moçambique, guerra que o povo português não quer e que considera antinacional e antipatriótica. Essa guerra espalha a morte e a dor entre o nosso povo e, até agora, ainda mais entre os povos africanos. A juventude é a mais sacrificada. Milhares de jovens morrem ingloriamente, ou ficam mutilados e estropeados para toda a sua vida. Milhares de outros fogem da sua Pátria para não serem carne para canhão. Muitas dezenas de milhões de contos são arrancados à Nação e queimados numa guerra injusta, quando podiam ser utilizados no fomento da economia nacional e na elevação do nível de vida material e cultural do povo.

O colonialismo está irremediavelmente condenado pela luta revolucionária dos povos. Nada poderá deter a luta heroica dos povos coloniais e oprimidos, pela sua libertação!

As classes dominantes criaram o mito de que Portugal não pode sobreviver economicamente sem as colónias por ser um país «pobre». Porém, a realidade é bem diferente. A herança secular do dominio colonial tem sido um dos factores fundamentais do nosso atraso económico geral e do dominio secular do imperialismo estrangeiro sobre Portugal. O colonialismo tem sido, não só uma das causas do nosso atraso económico como uma fonte de enriquecimento fácil das classes dominantes e do seu carácter parasitário, mas também uma das bases do fascismo e da reacção em Portugal. Tem sido uma forma alrosa de opressão de povos que têm pleno direito à sua independencia nacional.

A independencia das colónias marcará uma viragem radical na história dos povos coloniais e marcará igualmente, uma viragem na História do povo português.

O caminho realista que o Partido Comunista tem preconizado para pôr fim imediato a essa guerra vergonhosa, é o caminho das negociações com os Movimentos de Libertação Nacional, na base do seu reconhecimento, como legítimos representantes dos povos oprimidos das colónias.

## A DITADURA PERMANECE

Numa palavra: continua a mesma ditadura que tem oprimido o povo português há mais de 40 anos. Mas podemos estar certos de que o nosso povo não vai aceitar eternamente o fascismo. O povo português quer ser livre,

e marchar para a frente no caminho da Liberdade, da Democracia e do Progresso.

As repetidas tentativas das forças da Oposição, as classes dominantes têm respondido sempre com violência e proibições. Se o governo de Marcello Caetano (tal como o de Salazar) continua a pregar as liberdades democráticas, se continua a responder com a violência as reivindicações económicas e políticas da classe operária e das forças da Oposição, em geral, fechando todas as portas a uma via democrática, é natural e evidente que o Movimento Nacional Antifascista irá tomando cada vez mais (de acordo com as condições objectivas e subjectivas) o recuo da acção violenta até se transformar no levantamento nacional armado. A responsabilidade cabe apenas às classes dominantes que empurraram a luta do povo português para uma via violenta.

O Partido Comunista tem-se batido e continua a não poupar os esforços para uma solução democrática. Esse objectivo está bem expresso no seu Programa. Entretanto, o Partido também aponta no seu Programa que, dado a completa ausência das liberdades, e a politica da repressão violenta, dado a existência de um Estado fortemente centralizado e de um aparelho militar-policia; dada a determinação das classes governantes de resistirem pela força à vontade popular, o caminho que se oferece ao povo português para derubar a ditadura e instaurar um governo democrático é o «levantamento nacional, a insurreição popular armada». E a realidade está dando razão ao Partido Comunista.

## O P. C. NÃO É ASSOCIAÇÃO SECRETA

5.º ponto — Quero também refutar as tradicionais acusações contra o Partido Comunista de «associação secreta, subversiva» e outros chapões acusatórios. Tais chapões provocam ironia na opinião pública nacional e internacional e já não conseguem esconder o carácter da ditadura que domina em Portugal.

O Partido Comunista não é uma simples «associação secreta», mas uma realidade histórica enraizada nas amplas massas populares. O Partido Comunista é o produto da existência e amadurecimento da classe operária, da existência do proletariado português.

Querem reduzir o Partido Político da classe operária a simples «associação secreta» e a outras tretas no género é mistificar a realidade, é querer negar a própria História. O Partido Comunista somente é considerado «associação secreta» e forçado a viver na clandestinidade precisamente porque impere em Portugal o regime fascista que destruiu as liberdades democráticas.

Todavia, apesar do Partido Comunista ser forçado a viver na mais rigorosa clandestinidade, ele actua de Norte a Sul do País. Tem os seus Estatutos, o seu Programa, a sua Imprensa, a sua Rádio e a sua organização à escala nacional. Toda a sua actividade orgânica e política se inspira nos princípios do Marxismo-Leninismo.

Nestes cinquenta anos da sua existência, o Partido Comunista não foi somente a única organização que resistiu ao fascismo. Ele desenvolveu-se, ligou-se às amplas massas populares, ganhou experiência e ténpera revolucionária; ganhou prestigio, autoridade e tornou-se, efectivamente, a vanguarda revolucionária da classe operária, a principal força politica do País na luta contra a ditadura, na luta pelo Pão, pela Paz, pela Liberdade, pela Democracia, pela Independência Nacional e pelo Socialismo.

3. Democratizar o Ensino e a Cultura;

## O PROGRAMA DO PARTIDO COMUNISTA

O Partido Comunista desempenha um papel revolucionário na sociedade portuguesa. Ele encarna aquilo que existe de mais progressivo e patriótico na História do povo português. Ele encarna o sentimento mais profundo do nosso povo que, no imediato, é a conquista da liberdade politica e a instauração da Democracia em Portugal. Exprimindo esse sentimento do nosso povo, o Programa do Partido apresenta oito pontos fundamentais para a conquista da Liberdade e para a transformação democratica da sociedade portuguesa. Eis os oito pontos:

1. Destruir o Estado fascista e instaurar um regime democrático;
2. Liquidar o poder dos monopólios e promover o desenvolvimento económico geral;
3. Realizar a Reforma Agrária, entregando a terra a quem a trabalha;
4. Elevar o nível das classes trabalhadoras e do povo em geral;

6. Libertar Portugal do imperialismo;

7. Reconhecer e assegurar aos povos das colónias portuguesas o direito à imediata independencia;

8. Seguir uma politica de Paz e de amizade com todos os povos.

Apesar das limitações impostas pela vigorosa clandestinidade, o papel impulsor do Partido na vida nacional é uma realidade inegável, e cada vez mais se fará sentir. A luta pela conquista da Liberdade e pela transformação democratica da sociedade portuguesa não pode prescindir da força politica da classe operária e do seu Partido comunista.

6.º ponto — Vivemos uma época cheia de grandes acontecimentos históricos. A balança das forças políticas mundiais pesa cada vez mais a favor das forças que lutam pela Liberdade, pela Democracia, pela Paz mundial, pela Independência nacional e pelo Socialismo. O que caracteriza o conteúdo politico dos nossos dias é o triunfo das forças da Paz e do Socialismo, o triunfo das ideias do Marxismo-Leninismo.

O Movimento Comunista e Operário Internacional, apoiado na sua principal fortaleza — o sistema socialista mundial — tornou-se a maior força politica da nossa época, a força determinante do desenvolvimento da nossa sociedade. No centro desta realidade encontra-se a Grande União Soviética, que desempenha um papel decisivo na politica mundial e nos destinos da Humanidade.

É um facto que ainda existem no mundo potentes forças de imperialismo e da reacção que procuram fazer andar o roda da História para trás; que ainda impõem duros sacrificios aos povos e exigem que as forças revolucionárias de todo o mundo estejam muito vigilantes. Todavia, a roda da História marcha irresistivelmente sob o impulso das forças do Campo Socialista Mundial, do Movimento Comunista e Operário Internacional e do Movimento Nacional Libertador.

O mundo capitalista está cheio de profundas crises e contradicções, internas e externas. O Marxismo-Leninismo demonstra cientificamente a inevitabilidade da transformação revolucionária da sociedade capitalista na sociedade socialista e comunista. O capitalismo, assente no propriedade privada dos meios fundamentais de produção e na exploração do homem pelo homem, tornou-se um travão ao desenvolvimento do Progresso Social. Avizi-

nham-se novos e grandes acontecimentos históricos na vida da nossa sociedade, no caminho da Liberdade, da Paz e do Socialismo.

Nos nossos dias, a alternativa que se coloca nas relações internacionais é a guerra ou a coexistência pacifica entre Estados com regimes sociais diferentes. Se porventura o imperialismo tentasse mergulhar a Humanidade numa nova guerra mundial, hoje, existem forças poderosas que lhe fariam pagar bem cara essa aventura criminosa.

A coexistência pacifica nas relações internacionais, imposta pela nova correlação de forças favoráveis à Paz e ao Socialismo, é vantajosa para o desenvolvimento da luta da classe operária e de todos os povos oprimidos.

## NAO É O POVO QUE ME JULGA...

Vou ser condenado. Espera-me uma pena severa. Não constitui surpresa, dada a natureza do regime que domina em Portugal. Vou ser atirado por longos anos para as masmorras apenas por ter consagrado as minhas energias à luta em defesa dos interesses dos trabalhadores, à luta pela Liberdade e por um Portugal Democrático e Socialista. É todo esse o meu grande «crime»!

Não é o poder do povo que me julga e condena, mas sim, o poder dos monopólios e dos latifundiários, o seu Estado e as suas leis fascistas. Sob as condições do fascismo os comunistas pagam por um preço bem caro o seu amor à Pátria, a sua abnegação à Causa dos Trabalhadores e do Povo. São os principais alvos da repressão. Dezenas deles estão sepultados no sinistro campo do Tarrafal. Outros têm caído mortos nas mãos da policia. São os comunistas que recebem, em geral as penas mais pesadas, os que enchem principalmente as cadeias, os que mergulham no clandestinidade, aceitando os sacrificios mais duros, inclusive o da própria vida.

Confio na vitória! Tenho consciéncia da justeza da Causa que defendo! A classe operária portuguesa reforçará cada dia mais a sua organização e a sua luta. As restantes forças democráticas reforçarão a sua organização e a sua unidade combativa, ao lado do proletariado. O Partido Comunista reforçará, cada vez mais, a sua organização, a sua ligação com as massas e o seu papel de dirigente na vida nacional. A crise do fascismo aprofundar-se-á cada vez mais. A ditadura será derubada e a Causa da Liberdade, da Democracia e do Socialismo triunfará inevitavelmente em Portugal! (in Notícias da Amadora, 18-5-74)

# MARIANA JANEIRO: A MULHER MAIS TORTURADA DE BALEIZÃO

Quem é esta mulher que chorá sobre o retrato de Catarina Eufémiã, no local onde há vinte anos foi assassinada pelo tenente da Guarda Nacional Republicana?

Quem é esta mulher completamente ignorada pelos milhares e milhares de pessoas que se deslocaram a Baleizão para recordar Catarina Eufémiã, que segura uma bandeira com a sua mão inutilizada?

Chama-se Mariana Janeiro e tem 49 anos. Magra, com olhos muito fortes e um corpo quase inerte. Apenas um momento de distração dos familiares que a amparam e cairá. Contamos:

- Faz 11 anos no dia 24 de junho que fui presa pela Pide, depois de ter sido denunciada como antifascista. Levaram-me para Lisboa para a António Maria Cardoso. Durante 18 dias fizeram-me a tortura do sono e da estatura. Quando começava a dormir, deitavam-me baldes de água pela cabeça. Depois, foi o espancamento. Rebentaram-me a membrana do ouvido esquerdo e das unhas dos pés e das mãos. Queriam que eu lhes dissesse nomes de alguns companheiros. Nunca fiz declarações. Torceram-me o pescoço.

Fui a julgamento e condenaram-me a 24 meses de prisão. Estive todo esse tempo em Caixias. Durante 21 meses tive que fazer tratamento no hospital João de Deus.

Não contentes com isto voltaram a prender-me há seis anos (durante esta conversa, tivemos que ampará-la diversas vezes). Precisamente no dia 20 de Julho. Durante treze dias, fui vítima mais uma vez da tortura do sono e da estatura. Este braço inutilizado foram eles que me espancaram contra uma mesa. Depois uns poucos de homens

atiravam-me contra a parede, o chão e bateram-me muitas, muitas vezes com a cabeça na parede. A última tortura que me fizeram foi queimarem-me os olhos com fósforos. Neste momento sou um farrapo. Foi talvez ao verem o meu estado que os pides resolveram ao fim desses treze dias, deixaram-me abandonado ao pé da casa de uma sobrinha.

Catarina Eufémiã foi morta pelo fascismo. É um símbolo. Mariana Janeiro e tantas, tantas outras sofreram ao longo de dias, meses, anos. Por isso Mariana Janeiro nos disse: A camarada Catarina foi morta pelos lavradores e as forças que serviam o fascismo. Mas de todas as mulheres de Baleizão eu fui talvez a que sofreu mais.

Não se deve esquecer também a Maria Dionísia Sardinha, a Maria Balbina, Maria Patricia, Francisca Patricia ou a Mariana Petronilha.

As mulheres alentejanas foram as mais sacrificadas nesta «longa noite de fascismo». Com ordenados miseráveis com humilhações diárias, com fome. Por isso foram as mais revoltadas e as mais perseguidas. A terminar, Mariana Janeiro afirmou:

- É verdade, as mulheres de Baleizão foram as que mais sofreram. Não me posso esquecer que durante seis meses os trabalhadores rurais comiam uma açorda mal temperada e ainda assim imploravam trabalho. Quando Catarina Eufémiã morreu, o ordenado era de 13 escudos, de sol a sol, melhor, eram as horas que eles queriam. Quando protestávamos, chamavam-nos comunistas, mandavam-nos prender ou matavam-nos.

(in Diário de Lisboa, 20-5-74)

# HOMENAGEM DOS ESTUDANTES DE...

(Concl. da pág. 6)

Será o milagre português, não aquele modelo conhecido e orgulhoso de ter ficado milionário, mas aquele que acabou com todos os feitiços que mantinham o povo e o país na miséria.

O que o povo português atingiu é a base e o essencial, não existem mais verdades, embora existam muitos perigos. Completas e a verdade, doa a quem doer, mostra-se irreversível.

A mudança em Portugal vai criar agora a sua ideologia, formada por todos os homens que pensam e pensam em liberdade, sem clandestinidades.

Mudança aconteceu porque o país estava falido, carente, morrendo de fome e de vergonha.

Ter saído para as ruas, fardado ou à paisana, o povo fez algo mais inesperado do que responder maciçamente ao estado de conservação em que estava metido.

O que o povo português traz de novo a um mundo marcado hoje pela violencia de um lado e pela alienação do outro, (que é também uma forma de violencia) é esta mensagem dupla e singela, a agressividade implacável de um cravo, paralelamente à grande capacidade de submissão de um fusil.

Viva a liberdade e viva todos os que a permitem e respeitam em Portugal e em qualquer outro lugar do mundo.

# BALANÇO DE...

(Concl. da pág. 8)

ção de que a estrutura das Forças Armadas de Portugal está preparada para servir os partidos de esquerda, se vitoriosos nas eleições. O maior justicou a presença do Partido Comunista no governo provisório:

«Durante os 48 anos de ditadura os comunistas foram os mais organizados na resistencia ao regime», disse o maior. «Então, nada mais justo que estejam no governo e disputem as futuras eleições».

## PORTUGAL DEMOCRATICO

DIRETOR RESPONSÁVEL  
Edison Rodrigues Chaves

### REPRESENTANTES

RECIFE: Angelo Ferreira da Silva

R: do Hospicio, 148, 1.º, Apto. 108

LONDRINA: Julio Duarte — Edificio Centro Comercial — Apto. 141

INGLATERRA: Portuguese and Colonial Bulletin — 10 Fentiman Road, London. S. W. 8

BELGICA: Antonio Casanova 35, rua Montenegro, 1060 — Bruxelas — Belgica

HOLANDA: TULIPA VERMELHA — Post. bus 12039 — AMSTERDAM — BIJMERMEER.

CANADA: Portuguese Canadian Democratic Association P.O. Box 72.

WESTON-ONTÁRIO VENEZUELA: Junta Patriótica Portuguesa — Apartado 8287 — Caracas

URUGUAI: Junta Patriótica Portuguesa del Uruguay Casa de Correo n.º 2.128 — Distrito 5 Montevideo

CHECOSLOVAQUIA: João Ribeiro — Postovni Urad. -Jindřiská UL, C: 14 Scharánka 646 — Paha 1 FRANÇA: Grupo de Amigos de «Portugal Democrático» — 2, place François Villon — Escalier E — La Courveneuve — Seine — França

### REDAÇÃO:

Rua Libero Badaró n.º 488 5.º and. - 8/50 - F. 37-0933 Caixa Postal, 6248 São Paulo — Brasil

### EXPEDIENTE:

Dias úteis: das 19 às 22 hs. Assinatura para o exterior US\$ 8,00

Composto e Impresso: Sociedade Impressora Pannartz Ltda.

Rua Almeida Torres n.º 119 Prédio IV - Aclimação - SP

ANO XIX N.º 187 JUNHO/JULHO DE 1974

Os artigos assinados traduzem apenas a opinião de seus autores, sendo por conseguinte de sua exclusiva responsabilidade

**Crimes da Pide**

**NO INFERNO DA MACHAVA**

Da edição de 11 de junho do diário lisboeta «A Capital» transcrevemos a seguinte reportagem sobre as atrocidades e crimes cometidos pela PIDE na Machava, em Moçambique.

**BEIRA, 11** (Do nosso correspondente) — Eu conheço os requintes dos monstros, eu vi as atrocidades cometidas pela P. I. D. E.-D. G. S. na prisão da Machava, eu próprio fui torturado e permaneci nove anos preso sem julgamento. Facultem-me o «livro dos mortos» e indicarei aqueles que sucumbiram aos maus tratos, à fome, à sede, ou os que se suicidaram. Eu fui lá enfermeiro e ponho-me à disposição da Justiça para identificar grande parte dos criminosos que por ali passaram. Eu acuso e tenho testemunhas. Eu menti à Cruz Vermelha Internacional, pois só a isso se deve a minha presença aqui. Esteve na presença de presos agonizantes, não para os tratar, mas para confirmar que estavam a morrer — eis algumas das impressionantes declarações de Alford Roberto de Amargo, de 66 anos, enfermeiro aposentado, libertado em 1972.

«O meu relato poderá ainda ser confirmado pelo dr. Antonio Marques Paixão, médico radicado em Lourenço Marques, que exerceu a sua actividade na cadeia da Machava. Ele conhece as atrocidades. Ele viu o que eu vi. Ele agora que diga o que é aquele inferno» acrescentou depois o ex-recluso.

Alford Roberto de Amargo revelou os nomes de elementos da PIDE-DGS de onde partiam as ordens para a tortura; a identificação de outros reclusos que poderão dizer algo mais sobre o «inferno da Machava». Eis, pois, o relato de Alford Roberto de Amargo:

**Primeira prisão**

— Fui preso na Beira em 1960. Devo esclarecer que nasci em Metungula, no Niassa, e terminada a 4.ª classe fui para o Malawi, onde completei o 1.º e 2.º anos do liceu. Em 1938, no tempo da Companhia de Moçambique, tirei o curso de enfermagem na Beira. Durante a minha permanência no Malawi, granjeei, como é óbvio, a amizade de alguns colegas de quem me viria a separar mais tarde. Mantinha correspondência com esses amigos. Provavelmente, foram eles que facultaram a minha direcção à Freilmo. Esta organização entrou em contacto comigo, por carta, solicitando-me que colaborasse na angariação de fundos através de quotas e que fizesse algumas conferências de mentalização junto da população desta cidade. Não satisfiz o pedido que me foi formulado, até porque a profissão de enfermeiro da Capitania não me dava tempo para isso. Receber as cartas, foi o meu único crime. A correspondência foi interceptada nos Correios da Beira por elementos da PIDE-DGS. Em agosto de 1960 era preso e colocado em liberdade. Em Fevereiro de 1962 fui de novo preso e enviado para Lourenço Marques. Dezoito meses depois era julgado em Tribunal Militar e absolvido. Continuei a minha actividade profissional e, inexplicavelmente, em Julho de 1965 fui de novo preso, com o argumento «de que se tratava do prosseguimento dos dois processos anteriores». Durante estes anos e até Julho de 1972 — altura em que fui libertado — estive na cadeia da Machava, em Mabalane e em Ponta Mahone a contos com a PIDE-DGS, sem julgamento, sem qualquer explicação.

**Os requintes dos monstros**

Recentemente, o dr. Raposo Pereira, da Comissão de Investigação dos Crimes contra a Humanidade e contra a Economia, proferiu aos microfones do Rádio Clube de Moçambique um depoimento, no qual revelava algumas das torturas infligidas pela PIDE-DGS a presos políticos recentemente libertados. Sobre este depoimento, perguntámos ao nosso interlocutor o que nos poderia esclarecer:

— Eu confirmo. Na Machava, para além de ter sido espancado, fui colocado numa sala, onde me amarraram com os braços erguidos por sobre a cabeça. No meio do compartimento havia uma borracha de grandes proporções presa ao tecto. Esta borracha era enroscada até ao limite máximo. Depois, soltavam-na e ao desenrolar-se sem velocidade vertiginosa atingia-me sem que tivesse oportunidade de esboçar qualquer gesto de defesa. Nessa sala, à altura da cabeça dos presos, poderão ver-se manchas de sangue coagado nas paredes. Essa tortura era designada por «pendura».

Perguntámos depois ao ex-recluso se podia descrever a tortura da fome e da sede, a que eram sujeitos alguns presos. Eis a resposta:

— Posso, desde já, dizer que o Joel, conhecido recrutador da Freilmo, morreu à fome na cadeia da Machava. Esta tortura não era para todos. Geralmente, quando os presos, em número de dois mil, expressavam o seu des-

contentamento sobre a quantidade da comida, ou a falta de cobertores, ou sobre qualquer outro assunto, os agentes apuravam de onde partira o protesto. Havia entre os reclusos elementos que informavam a Polícia. Eram os indicados, os considerados agitadores, que iam para a tortura da fome ou da sede. Sim, é verdade: chegavam a urinar para matar a sede, e quando já não conseguiam fazer pediam aos agentes que urinassem para as suas mãos...

**Recluso-enfermeiro**

O repórter perguntou: «O senhor é enfermeiro de 2.ª classe. A sua profissão foi aproveitada durante a permanência na cadeia da Machava. Poderá referir-se ao exercício da sua profissão em tão ingratas circunstâncias?»

O velho enfermeiro recosta-se na cadeira, os olhos cintilam, a testa enrugada-se. Breve silêncio, depois a resposta:

— Percorri os corredores com uma bandeja de medicamentos. Os presos, alguns deles acometidos de doenças, pediam encarecidamente medicamentos. Estava proibido de os fornecer e se o fizesse era seriamente punido. Quando havia reclusos já na agonia, chamavam-me. Não me deixavam prestar-lhes assistência. Pretendiam que apenas confirmasse se estavam a morrer.

Faz-se novo silêncio. Depois, o nosso entrevistado diz:

— Havia presos que, depois de torturados (a cadeia dispunha de palmatórias, correntes de bicicleta, cacetes e outros utensílios) não conseguiam resistir à imagem de uma nova tortura. Suicidavam-se, usando na maioria das vezes o cobertor. Chamavam-me para verificar o óbito. No livro de mortos era obrigado a inventar uma doença que justificasse o falecimento. No entanto, a título particular, e sem levantar suspeitas, colocava um sinal a lápis de carvão junto do nome daqueles que se suicidavam ou que eram mortos. Facultem-me esse livro, o «dos mortos», e eu apontarei quais os que sucumbiram nestas condições.

**Alguns nomes**

Pedimos que Alford Roberto de Amargo revelasse alguns nomes, entre aqueles que mais implicados estão nos casos de torturas de que eram vítimas os reclusos da cadeia da Machava. O ex-preso disse:

— Pois havia os executantes e aqueles que davam as ordens. Dos que ordenavam a tortura salienta: O inspector Vaz Correia, o chefe da cadeia Armando Gonçalves, e o director, cujo primeiro nome me não ocorre, mas de apelido Santos. Há outros elementos da enfermagem que estiveram também na cadeia da Machava e que poderão fornecer pormenores muito elucidativos:

**Comida: 2\$50 diários por pessoa**

A Alford Roberto de Amargo não passaram despercebidos pormenores que identificam as características da cadeia da Machava. Revela depois:

— Para além dos castigos corporais, a comida era pouca e, quanto às dormidas, devo esclarecer que um lençol e manta de casal tinha de cobrir seis a sete pessoas. A relação diária da comida distribuída na Machava, para um número de dois mil reclusos, com três

refeições por dia, era: 250 quilos de farinha 80 quilos de arroz, 80 quilos de feijão. A PIDE-DGS gastava 35 contos semanais em farinhas, carne, peixe, hortaliça, azeite, sal, açúcar, amendoim, lenha, feijão, cebola e arroz. Isto representa 2\$50 diários para cada pessoa.

**Investigação da Cruz Vermelha**

Os anos que passou na Machava, fizeram de Alford Roberto de Amargo um homem conhecedor dos problemas inerente à aquela prisão e os tratamentos a que eram sujeitos os reclusos. Ele próprio foi uma das vítimas. No seu relato transmitido ao repórter revela:

— Em Abril de 1971 fomos visitados por uma comissão da Cruz Vermelha Internacional. Nesta comissão veio o médico, dr. Osvaldo Lentheld, que esteve durante três dias na prisão a inteirar-se do que lá se passava. Esconderam-lhe tudo, mas mesmo assim não foi possível vender-lhe os olhos. Ele apercebeu-se de algo e até deparou com quinze reclusos, paralisados de tanta pancada que levaram. Sobre este caso perguntou ao dr. Antonio Marques Paixão das razões por que aqueles homens não estavam no hospital. Ele não soube responder, ou simplesmente argumentou com evasivas. O médico da Cruz Vermelha Internacional fechou-se depois durante uma hora, comigo, num gabinete, tentando saber o que se passava na cadeia. Menti-lhe durante uma hora. Se tivesse dito a verdade não estaria vivo para a contar aqui. Quando os reclusos, devido a tanta pancada, sofriam fracturas de membros, anotava-se que era consequência acidental do futebol.

A entrevista estava no fim. Alford Roberto de Amargo, este velho calvo que temos à nossa frente, confidencia ainda que tem três filhos. Um está na Zambia e formou-se em Económicas e Financeiras; outro está no Malawi, no 1.º ano de Engenharia; o terceiro está em Boston, a trabalhar como técnico de Electrónica. Depois, o meu interlocutor lança um apelo:

— Só peço que os agentes da PIDE-DGS, agora presos sejam tratados como homens. Que não sejam tratados como as suas vítimas. Estou disposto a colaborar com as autoridades. Eu tenho muitas coisas a esclarecer sobre a prisão da Machava. Outros também poderão fazer o mesmo.

**Controle dos Órgãos de Comunicação Social**

Aprovado em Conselho de Ministros, aguarda na Presidência da República a promulgação pelo general António de Spínola, o diploma que, de acordo com o Programa do Movimento das Forças Armadas, cria na dependência directa da Junta de Salvação Nacional uma comissão «ad hoc» para controle da Imprensa, Rádio, Televisão, Teatro e Cinema.

Instituída com caráter transitório, e mantendo-se em funções até publicação das novas leis para os órgãos de comunicação social, essa comissão, destina-se a salvaguardar o segredo dos aspectos militares e a evitar perturbações na opinião pública ocasionadas por agressões ideológicas dos meios mais reaccionários.

Criada, pois, em cumprimento do

**Balanço de uma Visita**

Victor Rodrigues Alves, Conselhoiro de Estado, chamou durante uma semana a atenção da colonia portuguesa e da opinião pública brasileira. Após a vinda de ambos a São Paulo, o jornal «O Estado de São Paulo» publicou o seguinte balanço da visita, realçando as diferenças de estilo entre os dois representantes do novo regime português:

«Meus contactos com a colonia portuguesa no Brasil foram altamente positivos. Tenho comigo a certeza de haver tranquilizado meus compatriotas residentes em São Paulo e no Rio de Janeiro sobre os destinos políticos de Portugal após o movimento de 25 de Abril». Na quinta-feira, ao encerrar sua missão junto aos portugueses no Brasil, o representante da Junta de Salvação Nacional, general Carlos Galvão de Mello, fez um balanço da primeira etapa de sua visita, antes de embarcar no avião da FAB que o levou do aeroporto de Congonhas a Brasília.

Tudo indica que o general possuía elementos suficientes para esta avaliação: já fazia seis dias que estava no Brasil e o discurso que fez segunda-feira aos comandadores e empresários portugueses reunidos no Real Gabinete Português de Leitura, no Rio, já havia repercutido o bastante para a sensibilidade de Galvão de Mello. Quinta-feira mesmo, antes de sua viagem ao encontro do chanceler Azeredo da Silveira e do presidente Geisel, o general fez uma rápida visita ao presidente da Casa de Portugal, hospitalizado na Beneficência Portuguesa e que o recebeu emocionado, «com um abraço cheio de lágrimas», conforme descreveu o visitante.

Na comitiva que o acompanhou até o aeroporto, havia eminentes empresários da colonia paulista, alguns com investimentos em Portugal e nas províncias de Ultramar, e que participaram de praticamente todas as atividades do general em São Paulo. Mas Galvão de Mello — o homem escolhido pela Junta para levar o pensamento do novo governo ao povo português em transmissões oficiais de rádio e televisão — sabia, desde o início, que os cumprimentos, abraços e votos de confluências que recebeu no Brasil não seriam fáceis de conseguir.

Entre as centenas de portugueses que o receberam com cravos vermelhos e ao som de «Grandola Vila Morena» — a música que caracterizou a revolução portuguesa — no Rio, muitos estavam voltando ao Real Gabinete de Leitura pela segunda vez,

em menos de uma semana. Alguns dias antes, a colonia portuguesa da

A visita ao Brasil do general Carlos Galvão de Mello, membro da Junta de Salvação Nacional, e do major Guanabara prestou, naquela casa, uma homenagem ao ex-primeiro-ministro do regime anterior, Marcelo Caetano, agora asilado no Brasil.

Tanto no Rio, como em São Paulo — onde não havia cravos vermelhos e músicas revolucionárias na recepção que lhe foi oferecida na Casa de Portugal — a presença do general provocou acontecimentos inéditos. Pela primeira vez, independentemente de suas posições políticas os portugueses do Brasil se reuniram em um clima de grande cordialidade.

Também pela primeira vez, em São Paulo, um visitante português foi saudado por um representante da oposição do antigo regime, o comandante Francisco Sarmento Pimentel, orador oficial do jantar na Casa de Portugal. E, apesar das atitudes de reserva observadas inicialmente no Rio e em São Paulo, Galvão de Mello parece ter conseguido persuadir seus compatriotas mais temerosos de uma radicalização no novo processo político português, de que a abertura democrática e a inclusão de partidos de esquerda no governo provisório era uma necessidade, depois de 48 anos de ditadura.

Sempre falando em nome da Junta, de acordo com a concepção vertical do poder, à qual a maioria dos seus ouvintes está habituado, Galvão de Mello em nenhum momento deixou de esclarecer que o novo processo político de Portugal é orientado e até certo ponto controlado pelos militares. «A Junta não permitirá qualquer desvio da estrada democrática aberta a 25 de Abril», disse, repetidas vezes, o general.

As qualidades de orador, o tom polido e seguro das palavras de Galvão de Mello parecem ter conquistado a simpatia de seus ouvintes na Casa de Portugal. Ao fim de seu discurso, ao qual o general se referiu às províncias na África como «as pátrias do Ultramar» — palavras recebidas com desagrado pelos ex-oposicionistas — houve filas para os cumprimentos, como no Rio, onde os boiros de Galvão de Mello se encheram com cartões de visitas recebidos de sua platéia.

Os elogios feitos pelo visitante ao processo desenvolvimentista do Brasil em sua primeira conferência e as garantias de controle da politica portuguesa foram comentados com optimismo pelos empresários e comandadores, ao final da recepção em São Paulo.

Entretanto, as diferenças de estilo entre os pronunciamentos oficiais do general e os contactos mais discretos e lacónicos mantidos por seu acompanhante, o major Vitor Alves, com a imprensa brasileira e membros da ex-oposição portuguesa não foram notados pela maioria dos presentes as recepções.

Representante do chamado «movimento dos capitães» no Conselho de Estado — órgão regulador do equilíbrio de poder do sistema transitório do novo governo — o major Alves revelou-se, nesses contactos, extremamente preocupado em equacionar os problemas e definir a real situação interna que Portugal está vivendo. Evitando utilizar a palavra «Junta», e manifestando sempre os objetivos das Forças Armadas portuguesas, o major explicou a paralisação dos transportes e a falta de pão ocorridas em Lisboa no mês passado, classificando-as de lock-outs promovidos por empresários e recusando a palavra «greve» e qualquer atribuição das iniciativas aos empregados das empresas.

Ex-combatente em Angola e Moçambique, o major reiterou serem absurdas as lutas coloniais: «São guerras que nunca podem ser ganhas», e se revelou bem informado sobre a politica brasileira e as divulgações, na América Latina, da evolução dos acontecimentos em Portugal. Alguns pontos abordados apenas superficialmente pelo general foram esclarecidos de maneira enfática e informal pelo major. O mais importante deles é a afirma-

(Cont. na pag. 7)



Uma das múltiplas manifestações de apoio dado pelo povo ao Governo Provisório e às Forças Armadas.

**PORTE PAGO - DR - SP**  
AGÊNCIA CENTRAL  
AUTORIZAÇÃO N.º 64293  
PORTUGAL, DEMOCRÁTICO  
R. L. Baduró, 488 - 5.º S. 50 - SP - Brasil